



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

**BRASÍLIA-DF
2013**

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

**BRASÍLIA-DF
2013**

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	6
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	6
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	7
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	10
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	14
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	16
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	17
INTRODUÇÃO.....	18
DESENVOLVIMENTO.....	20
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	20
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	20
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	22
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES.....	24
2.4 INDICADORES.....	35
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	36
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	36
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	37
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES.....	39
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	39
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	39
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	40
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	40
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	40
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	40
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	40
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	43
5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	43
5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....	43
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	44
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	44
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	47
7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	51
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	51
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	51
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	52
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	52
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	54
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	54
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	55
10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	56
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	56
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	57
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	59
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	59

11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	60
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	60
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	62
11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Nº 1.133/2008.....	62
11.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976	63
11.5	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	82
11.6	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	82
	CONCLUSÃO	83

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APE	–	Associação de Poupança e Empréstimo
CCIEEx	–	Centro de Controle Interno do Exército
CGU	–	Controladoria-Geral da União
CNAE	–	Código Nacional de Atividades Econômicas
CPOR	–	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CREA/DF	–	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
CAU	–	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
DOU	–	Diário Oficial da União
FAM	–	Fundo de Apoio à Moradia
FHE	–	Fundação Habitacional do Exército
GDF	–	Governo do Distrito Federal
IAB	–	Instituto de Arquitetos do Brasil
LOA	–	Lei Orçamentária Anual
NBC	–	Norma Brasileira de Contabilidade
NPOR	–	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OM	–	Organização Militar
PAINT	–	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PEM	–	Programa Especial de Moradia da FHE
PETI	–	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PROCAP	–	Programa Casa Própria da FHE
PortCmdo Ex	–	Portaria do Comando do Exército
SFH	–	Sistema Financeiro Habitacional
SIAFI	–	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	–	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	–	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN	–	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal
SIORG	–	Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal
UJ	–	Unidade Jurisdicionada
UTA	–	Unidade Técnico-Administrativa

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	6
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	37
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	41
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	42
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	44
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	45
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	45
QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	46
QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	48
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	52
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	54
QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	56
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	59

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Comando do Exército			Código SIORG: 00094
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Habitacional do Exército			
Denominação abreviada: FHE			
Código SIORG: 00957	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: Código do Órgão (27201) – Código Gestão (16201 – DCONT) – Código FHE (168001)
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação Pública de Direito Privado			
Principal Atividade: Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente.			Código CNAE: 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	(061) 3314-7500	(061) 3314-7545	(061) 3314-7623 (FAX)
E-mail: ouvidoria@poupex.com.br			
Página na Internet: http://www.fhe.org.br			
Endereço Postal: Av. Duque de Caxias, s/nº – Setor Militar Urbano – Brasília-DF – CEP 70630-902			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980 – Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências; • Decreto nº 86.050, de 1º de junho de 1981 – Constitui a Fundação Habitacional do Exército, aprova o seu Estatuto, e dá outras providências; • Lei nº 7.059, de 06 de dezembro de 1982 – Altera o artigo 30 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, que Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências; • Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1989 – Amplia as atividades da Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências; • Decreto de 24 de maio de 1994 – Delega competência ao Ministro de Estado do Exército para aprovar o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (FHE). 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Portaria do Comandante do Exército nº 21, de 21 de janeiro de 2009 – Aprova o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (DOU nº 84, de 06 de Maio 2009); • Portaria do Comandante do Exército nº 1.041, de 26 de outubro de 2010 – Altera o § 4º do art. 7º do Estatuto da Fundação Habitacional do Exército, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 021, de 27 de janeiro de 2009. • Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011 – Aprova o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (DOU nº 230, de 01 de dezembro de 2011). 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplicam.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica.		Não se aplica.	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

1.2.1.a Parágrafo 2º, do Art.1º da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980

- . “A Fundação Habitacional do Exército – FHE integra o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, tendo por objetivo gerir a Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX.”

1.2.1.b Art. 1º da Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1989

- . “As atividades da Fundação Habitacional do Exército – FHE, criada pela Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, ficam ampliadas para prestar apoio social aos militares do Exército, atendendo a diretrizes e orientação do Comandante do Exército, podendo a referida Fundação, para esse fim, realizar as operações que se fizerem necessárias.”
- . De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à FHE recursos orçamentários da União. Deste modo, a Fundação não está inserida no Orçamento Geral da União e os objetivos e metas também não são previstos no Plano Plurianual, nem na Lei Orçamentária Anual e nem registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN).

1.2.1.c Art. 3º da Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011 - Estatuto da FHE

“Compete à FHE para a consecução dos seus objetivos:

- I. facilitar o acesso à casa própria aos associados da APE/POUPEX, prioritariamente aos militares do Exército;
- II. realizar empreendimentos habitacionais cujo interesse venha a ser manifestado pelo Comandante do Exército;
- III. contribuir para o bem-estar social da família militar, atuando prioritariamente nas áreas habitacional e de assistência social;
- IV. incentivar a captação de poupança, buscando eficiência, produtividade e solidez econômico-financeira;
- V. realizar operações financeiras e tomar empréstimos junto à APE/POUPEX e a outros agentes financeiros, na qualidade de agente integrante do SFH;
- VI. realizar, diretamente ou em cooperação com outras entidades, pesquisas e estudos de natureza técnica na área da construção civil e no campo social, visando principalmente à economia na produção de habitações para os associados da APE/POUPEX;
- VII. cooperar com órgãos e entidades integrantes do SFH, naquilo que se relacione com as atividades e objetivos desse Sistema;
- VIII. conceder empréstimos aos seus beneficiários, com prioridade para os militares do Exército; e
- IX. constituir e administrar grupos de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços.

§1º A FHE pode ainda assumir direta ou indiretamente a responsabilidade pela elaboração e execução de estudos e projetos que considere prioritários nos seus campos de atuação e negociá-los com grupos e entidades interessados, participando inclusive nos empreendimentos decorrentes.

§2º À FHE é facultado receber doações no País e no exterior, observada a legislação pertinente, podendo, na contratação com entidades estrangeiras, aceitar cláusulas e condições usuais nessas operações.”

1.2.1.d **Art. 6º da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980**

. “Compete, ainda, à Fundação Habitacional do Exército – FHE:

- I. Supervisionar a aplicação de recursos da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX concedidos a agentes promotores de programas habitacionais;
- II. Desenvolver, em caráter especial ou sistemático, estudos de natureza técnica e econômica, a fim de fornecer base à melhoria, aperfeiçoamento e inovações nos processos e técnicas relacionados com suas atividades;
- III. Realizar, diretamente ou em cooperação, estudos técnicos e científicos, visando às atividades do ramo de construção civil e afins, aos fatores de produção da habitação e ao treinamento de profissionais a elas vinculados;
- IV. Aprovar e coordenar programas especiais, em caráter de excepcionalidade, particularmente para os associados de baixa renda;
- V. Autorizar investimentos pela Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX em outras áreas onde o Banco Nacional da Habitação aplique seus próprios recursos, com o objetivo de obter maior rentabilidade do capital empregado, tendo em vista viabilizar programa imobiliário;
- VI. Adquirir terrenos para serem revendidos, sem caráter especulativo, aos agentes promotores que utilizem recursos da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX;
- VII. Atuar como sociedade mandatária dos associados da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, nas suas Assembléias, independentemente da outorga de mandato;
- VIII. Fiscalizar as obras e serviços dos agentes promotores do que trata o inciso I.”

1.2.1.e **Art. 32 da Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011 - Estatuto da FHE**

. “A FHE utilizar-se-á da estrutura funcional, física e lógica disponibilizada pela APE/POUPEX para condução de suas atividades, no percentual indicado como necessário para o atendimento de suas atividades, para o que ressarcirá aquela Associação na mesma proporção dos gastos realizados para tanto.”

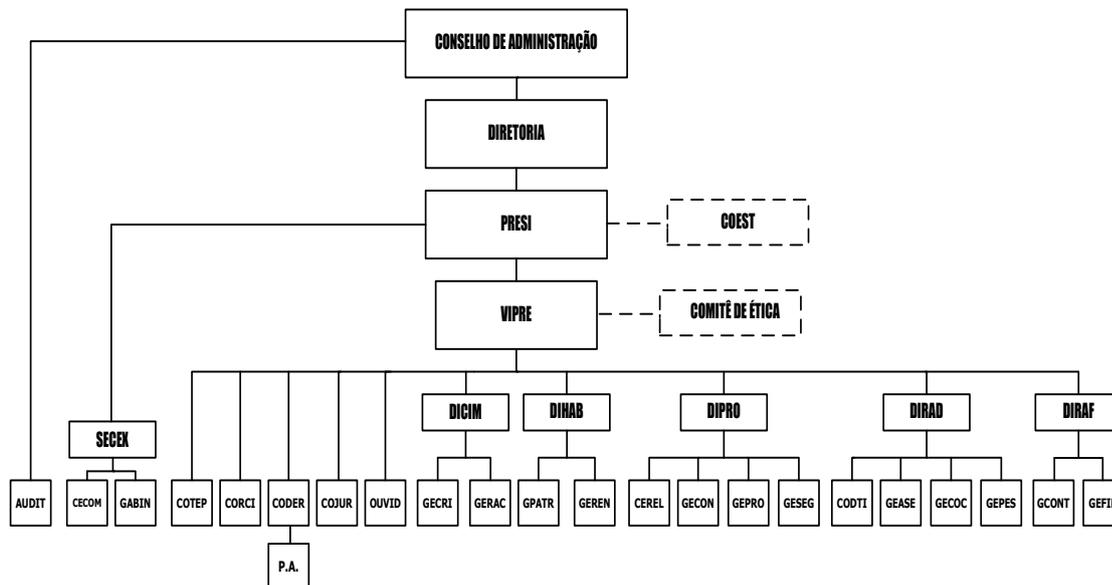
1.2.1.f **Objetivos Estratégicos e principais realizações**

- . A FHE elegeu como objetivos estratégicos para o quinquênio 2012 – 2016 os seguintes:
 - aumentar a participação em projetos de cunho social;
 - aumentar a receita;
 - ser a parceira preferencial das Forças Armadas e dos segmentos onde atua;
 - fortalecer a relação com os clientes;
 - aumentar a capacidade produtiva e reduzir custos e despesas;
 - garantir soluções em produtos e serviços competitivos que promovam qualidade de vida;
 - atender às demandas das Forças Armadas e do mercado;
 - ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros institucionais e as alianças estratégicas com órgãos diversos;
 - aprimorar a gestão por resultados;
 - inovar e flexibilizar o portfólio de produtos e serviços;
 - implementar novas práticas de gestão do Capital Humano;
 - integrar as ferramentas da Gestão do Conhecimento; e
 - fortalecer o Capital Organizacional.

Podem ser destacadas como principais realizações de 2012, a concessão de mais de 200 milhões de reais em financiamentos imobiliários — novo recorde, em comparação com anos anteriores - permitindo a compra, a construção e a reforma/ampliação de imóveis para milhares de clientes; a implementação de várias mudanças nas linhas de financiamento imobiliário, ampliando a participação de militares das três Forças Armadas; a aquisição de terrenos, com base em pesquisa de demanda por moradia, realizada com foco em nosso público-alvo; a manutenção do Fundo de Apoio à Moradia, que completou 25 anos, tendo sido pagas, nesse período, 33.334 indenizações, totalizando R\$ 2,372 bilhões; a concessão de crédito pessoal mais barato, acompanhando a tendência do mercado; a melhoria da gestão, com a conclusão do Projeto Inovação e Melhoria de Processos e o início de novo ciclo quinquenal do planejamento estratégico e, finalmente, o incremento dos apoios esportivo, cultural e social, com a adoção de várias iniciativas.

1.3 Organograma Funcional

FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO



1.3.1. Conselho de Administração – CA

Órgão colegiado responsável pela aprovação e acompanhamento das políticas, do plano estratégico, do planejamento anual, dos orçamentos anuais de custeio e de investimentos, da aprovação e da alteração do Plano de Cargos e Salários, dos regimentos internos e da apreciação das contas e dos relatórios anuais.

1.2.1.g Auditoria Interna - AUDIT

Desenvolve trabalhos de auditoria na Instituição, assessora e acompanha as atividades de fiscalização realizadas pelos órgãos de controle, auditores independentes e outros órgãos competentes.

1.3.2. Diretoria

Órgão colegiado integrado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por cinco Diretores, todos nomeados pelo Comandante do Exército.

Compete à Diretoria cumprir e fazer cumprir o Estatuto da FHE e as Resoluções, fixar as normas gerais de operação e de utilização de seus recursos, normas especiais para o atendimento a programas de interesse do Comando do Exército. Também, lhe compete a aprovação e orientação geral para as atividades gerais da Instituição, estrutura organizacional, as normas do Manual da Organização - no nível estratégico - lotação e dotação de pessoal, tabelas de salários do Plano de Cargos Carreiras e Salários, orçamento, balancetes e os balanços financeiros e patrimoniais, submetendo-os à Secretaria de Economia e Finanças, acompanhar a execução dos Programas e do Orçamento. Autorizar a criação de fundos de provisão e de reserva, a transferência, renúncia e desistência de direitos, bem como a aquisição, oneração e alienação de bens patrimoniais, a assinatura dos contratos a que se refere o Art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 6.855, de 1980.

1.3.3. Presidência - PRESI

Ao Presidente da FHE, além das atribuições no CA e na Diretoria, cabe executar e mandar executar o programa de ação da FHE e as demais decisões da Diretoria e do CA, representar a FHE ou promover-lhe a representação em juízo ou fora dele, convocar e presidir as reuniões da Diretoria, definir as atribuições dos membros da Diretoria, encaminhar ao órgão competente do Comando do Exército a prestação de contas do exercício anterior, submeter à Diretoria as matérias que, ao seu critério, mereçam manifestação do Colegiado. Autorizar a contratação de serviços técnicos e especializados, submeter os relatórios à apreciação do CA, manter o Comandante do Exército informado sobre as atividades da FHE, administrar a execução do planejamento anual e das políticas e formular diretrizes.

1.3.3.a. Comitê Estratégico - COEST

É um órgão de assessoramento direto e imediato do Presidente da FHE, responsável por elaborar estudos prospectivos que resultem na construção de cenários que tratem da evolução do negócio da Instituição.

1.3.3.b. Secretaria Executiva – SECEX

Compete ao Secretário Executivo assessorar e assistir o Presidente em assuntos de sua competência, exercer a supervisão e coordenação dos projetos e das atividades das Unidades Técnico-Administrativas (UTA) integrantes da estrutura da Secretaria.

1.3.3.b.1. Centro de Comunicação - CECOM

Tem atribuição de coordenar as atividades de comunicação social (jornalismo, relações públicas internas e externas, publicidade e propaganda) e de marketing.

1.3.3.b.2. Gabinete - GABIN

Possui atribuição de assistir ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Secretário Executivo no exame de assuntos de sua alçada; realizar as atividades de apoio administrativo e de Secretaria dos Órgãos Colegiados e as relativas à concessão de Apoios da FHE.

1.3.4. Vice Presidência – VIPRE

Ao Vice-Presidente da FHE, além de suas atribuições no CA e na Diretoria, cabe o assessoramento ao Presidente na formulação de políticas e diretrizes da Instituição. Supervisiona, coordena e controla as UTA que lhe são diretamente subordinadas, a saber: Coordenadoria dos Escritórios Regionais (CODER), Consultoria Jurídica (COJUR), Consultoria Técnica e de Planejamento (COTEP), Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI) e Ouvidoria (OUVID). Atualmente, responde pela presidência do Comitê de Ética da FHE.

Compete ao VIPRE substituir o Presidente nos seus impedimentos e nas ausências eventuais, dando ciência disto ao órgão governamental responsável pela fiscalização das entidades integrantes do SFH.

1.3.4.a. Comitê de Ética

Órgão Colegiado de natureza consultiva, educativa e elucidativa que tem por finalidade zelar pela obediência, observância e atualidade dos preceitos estabelecidos no Código de Ética da Instituição.

1.3.4.b. **Consultoria Técnica e de Planejamento - COTEP**

Responsável por gerir as atividades relativas ao Planejamento Estratégico, Orçamento, Custos, Organização, Sistemas e Métodos da Instituição, Análise de Ambiente e Inteligência Competitiva, assessorando a alta administração na tomada de decisão.

1.3.4.c. **Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI**

Responsável por coordenar as atividades relativas aos riscos inerentes às atividades da Empresa e ao Sistema de Controles Internos, em consonância com as Diretrizes, Políticas e Normas e de acordo com a legislação em vigor.

1.3.4.d. **Coordenadoria Regional dos Escritórios - CODER**

Sua função é supervisionar, coordenar e controlar os Pontos de Atendimento da FHE.

1.3.4.d.1. **Ponto de Atendimento**

Sua atribuição consiste no atendimento aos clientes, divulgação e comercialização dos produtos e serviços, em consonância com as Diretrizes e Políticas da Instituição.

1.3.4.e. **Consultoria Jurídica - COJUR**

Responsável por gerir os assuntos e atividades de natureza jurídica da FHE.

1.3.4.f. **Ouvidoria - OUVID**

Possui a atribuição de gerir as atividades da Ouvidoria, disponibilizando diversos canais de comunicação com os clientes e buscando, junto à Alta Administração, dar tratamento, com transparência e impessoalidade, às sugestões, aos elogios e às denúncias, bem como às reclamações de demandas de clientes que não foram solucionadas pelos canais habituais de atendimento.

1.3.5. Diretoria de Crédito Imobiliário – DICIM

Assistir ao Presidente e ao Vice-Presidente nas atividades ligadas às suas respectivas atribuições, bem como executar e mandar executar os programas de ação da FHE, atuando na política de crédito imobiliário, tanto na sua concessão quanto na sua administração.

1.3.5.a. **Gerência de Administração de Crédito Imobiliário - GERAC**

Responsável por gerir as atividades relacionadas à administração dos créditos imobiliários em retorno, durante toda a vigência do contrato, de acordo com as exigências legais e estatutárias.

1.3.5.b. **Gerência de Crédito Imobiliário - GECRI**

Tem atribuição de gerir as atividades relacionadas à concessão de crédito imobiliário, em consonância com as diretrizes, objetivos e políticas da Instituição.

1.3.6. Diretoria de Habitação - DIHAB

À DIHAB compete promover empreendimentos habitacionais próprios da FHE ou em parceria com a iniciativa privada, efetuar a comercialização desses empreendimentos e dos imóveis recebidos pela FHE e pela POUPEX; e efetivar remanejamentos patrimoniais com o Exército Brasileiro.

1.3.6.a. Gerência de Patrimônio - GPATR

Responsável por gerir as atividades relativas ao patrimônio imobiliário da Instituição em consonância com a legislação aplicável e com as Diretrizes, Objetivos e Política da Instituição.

1.3.6.b. Gerência de Engenharia - GEREN

Possui função de gerir as atividades de engenharia/arquitetura inerentes aos pontos de atendimento, avaliação de imóveis, patrimônio da FHE, remanejamento patrimonial e empreendimentos imobiliários, em consonância com os objetivos e políticas da Instituição.

1.3.7. Diretoria de Produtos – DIPRO

Compete à DIPRO administrar as parcerias com órgãos da administração pública direta e indireta e entidades privadas, corretoras e seguradoras.

1.3.7.a. Centro de Relacionamento com o Cliente - CEREL

Tem atribuição de gerir as atividades de teleatendimento receptivo e ativo com o Cliente por meio dos diversos canais de atendimento. Divulgar e comercializar, por telefone, os produtos e serviços da FHE.

1.3.7.b. Gerência de Consórcio - GECON

Responsável por gerir as atividades relativas à constituição, comercialização e administração de grupos de consórcio.

1.3.7.c. Gerência de Produtos - GEPRO

Tem atribuição de administrar as atividades de concessão de empréstimos pessoais, Financiamento Digital e retorno dos créditos concedidos; e as atividades relativas à comercialização e administração do Seguro de Vida – FAM.

1.3.7.d. Gerência de Seguros - GESEG

Possui atribuição de gerir as atividades relativas à administração de seguros e parcerias com corretoras e seguradoras.

1.3.8. Diretoria Administrativa – DIRAD

Compete à DIRAD coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à: administração de materiais e patrimônio; licitações e aquisições; segurança, transporte e expedição; manutenção e conservação predial; administração dos recursos humanos e organização administrativa; e gestão na área de tecnologia da informação.

1.3.8.a. Coordenadoria Tecnologia da Informação - CODTI

Sua atribuição é gerir os projetos e atividades de Tecnologia da Informação no âmbito da Instituição e junto aos seus parceiros e fornecedores.

1.3.8.b. Gerência de Administração da Sede - GEASE

Tem responsabilidade de gerir as atividades relativas à administração da Sede da Instituição.

1.3.8.c. Gerência de Compras e Contratos - GECOC

Gerir as atividades relativas às contratações de compras, serviços de terceiros, licitações e serviços de engenharia.

1.3.8.d. Gerência de Pessoal - GEPES

Tem atribuição de gerir os recursos humanos da Instituição e requisitados.

1.3.9. Diretoria de Administração Financeira - DIRAF

Compete à DIRAF administrar parcerias e convênios com instituições financeiras, órgãos públicos e entidades privadas, no âmbito das atribuições da Diretoria. Autorizar a liberação de valores não provisionados, o pagamento de despesas relativas a multas, mora, juros e outras cominações, cujo fato gerador tenha ocorrido por falhas operacionais internas, no âmbito das áreas sob sua subordinação imediata, e determinar a apuração de responsabilidades. Responder pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade junto aos órgãos governamentais, obedecendo, inclusive, às instruções do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e da Auditoria Independente.

1.3.9.a. Gerência de Contabilidade - GCONT

Responsável pela gestão das atividades contábeis da Instituição, em conformidade com a legislação aplicável.

1.3.9.b. Gerência Financeira - GEFIN

Gerir as atividades relativas à administração de recursos financeiros, controlar a competência e a alçada do emitente de documento autorizativo de dispêndio.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSOS ESTRATÉGICOS		
GESTÃO ORGANIZACIONAL	GESTÃO INSTITUCIONAL	CONTROLE INSTITUCIONAL
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS		
GESTÃO DE CLIENTES E PRODUTOS	GESTÃO IMOBILIÁRIA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	OPERAÇÃO DE SEGURO	OPERAÇÕES DE CONSÓRCIO
CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS		

1.4.1 Principais Macroprocessos Estratégicos:

1.4.1.1 Gestão Organizacional

É integrado pelos processos: Definir a Estratégia, Gerir Orçamentos e Custos, Gerir Programas e Projetos e Gerir Processos.

1.4.1.2 Gestão Institucional

É conduzido pela integração do conjunto dos processos: Realizar Processo Decisório, Elaborar e Gerir Normativos Internos, Gerir Ações de Responsabilidade Social e Gerir Comunicação Institucional.

1.4.1.3 Controle Institucional

É realizado pela inter-relação dos processos: Gerir Controles Internos e Riscos, Realizar Auditoria Interna, Gerir Ouvidoria e Prestar Informações de Controle Externo.

1.4.2 Principais Macroprocessos Finalísticos:

1.4.2.1 Gestão de Clientes e Produtos

É realizado pela integração das atividades que envolvem os processos: Desenvolver Produtos e Parcerias, Definir Estratégia de Vendas e de Relacionamento com o Cliente, Realizar Campanhas de Marketing, Comercializar Produtos e Serviços, Promover Relacionamento com o Cliente e Monitorar Performance de Vendas e Canais e Gerir Cobrança.

1.4.2.2 Gestão Imobiliária

É composto por condução das atividades desenvolvidas e relacionadas aos processos: Realizar Estudo de Viabilidade, Remanejar, Adquirir e Gerir Terrenos, Gerir Projetos, Gerir Contratos de Construção, Realizar Gestão Financeira e Administrar Carteira de Imóveis.

1.4.2.3 Operações de Crédito Imobiliário

É conduzido de acordo com os processos: Analisar Proposta de Financiamento Imobiliário, Analisar Documentos e Formalizar Contratação de Financiamento Imobiliário, Analisar Laudos de Obras e Liberar Recursos, Administrar Contratos de Financiamento Imobiliário, Controlar Retorno de Crédito e Executar Dívida Extrajudicialmente.

1.4.2.4 Operação de Empréstimo

É realizado pelas interfaces e processos descritos como: Verificar e Tratar Liberações de Empréstimo, Gerir Crédito Concedido em Empréstimo e Renegociar Contratos de Empréstimo.

1.4.2.5 Operação de Seguro

É conduzido conforme os processos: Realizar Repasse Contábil e Pagamento de Prêmio, Acompanhar Resultado das Apólices, Consultar Beneficiários e Avisar Sinistro e Gerir Pagamento de Sinistro.

1.4.2.6 Operações de Consórcio

É representado pela condução de processos fortemente inter-relacionados a seguir: Formalizar e Inaugurar Grupos, Administrar Grupo, Gerir Aquisições e Encerrar Grupo.

1.4.2.7 Captação e Gestão de Recursos Financeiros

É conduzido sob processo único de Captar FAM.

Os Macroprocessos Estratégicos e Finalísticos são desenvolvidos em consonância com os Manuais da Instituição e dentro das unidades responsáveis conforme suas competências.

1.5 Macroprocessos de Apoio

MACROPROCESSOS DE APOIO		
GESTÃO DE PESSOAS	GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DE APOIO JURÍDICO	GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES	GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Fonte: Consultoria Técnica e de Planejamento da FHE

1.5.1 Macroprocessos de Apoio:**1.5.1.1 Gestão de Pessoas**

Consiste na execução dos processos a seguir: Recrutar, Selecionar e Admitir Empregados, Desenvolver Empregados por Competências, Gerir Alteração Funcional e Desligamento, Administrar o Pagamento de Pessoal e Gerir Saúde e Segurança no Trabalho.

1.5.1.2 Gestão de Apoio Jurídico

Está apoiado pelos demais processos: Prestar Consultoria Jurídica, Gerir Acordo Extrajudicial, Gerir Ações Judiciais e Gerir Processos Administrativos.

1.5.1.3 Gestão Financeira e Contábil

Consiste na integração dos processos: Processar Pagamentos, Controlar Fluxo de Caixa, Realizar Conciliação Bancária e Contabilizar FHE.

1.5.1.4 Gestão de Tecnologia da Informação

Se dá pela execução dos processos: Gerir Portfólio e Mudança de TI, Desenvolver e Manter Soluções de TI, Gerir Infraestrutura de TI, Gerir Suporte de TI, Gerir Segurança de TI.

1.5.1.5 Gestão de Compras e Contratações

É realizado pelas atividades inseridas nos processos: Realizar Planejamento Anual de Compras, Realizar Compras e Contratações, Gerir Contratos de Serviços, Gerir Bens Materiais.

1.5.1.6 Gestão de Infraestrutura e Logística

Ocorre a partir da gestão dos processos: Gerir Manutenções, Gerir Segurança Predial, Gerir Protocolo, Controlar Frota de Veículos e Realizar Alterações Prediais.

Os Macroprocessos de Apoio são desenvolvidos em consonância com os Manuais da Instituição e dentro das unidades responsáveis conforme suas competências.

1.6 Principais Parceiros

Administradora e Corretora de Seguros Ltda – PROSEG; Allianz Seguros; Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP; Banco do Brasil S/A; Bradesco Seguros; Bradesco Vida e Previdência S.A.; Caixa Econômica Federal; Cia de Seguros Aliança do Brasil; Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP; Generali do Brasil; Grupo Segurador BB-Mapfre Seguros; Itaú Seguros; HDI Seguros; Montreal Informática; MRL Cobrança - Sistemas de Serviços Especializados – LTDA; ODONTOPREV; Paulo Octávio Investimentos Imobiliários LTDA; Rádio da Força Aérea Brasileira – Aeronáutica; Rádio da Marinha; Rádio Verde-Oliva FM – Emissora da Fundação Cultural do Exército Brasileiro; Tóquio Marine Seguradora; e Via Engenharia S/A.

INTRODUÇÃO

O presente documento tem por objetivo a apresentação do relatório de gestão da Fundação Habitacional do Exército – FHE, referente ao exercício de 2012, que conforme determinado na Decisão Normativa do TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, é prestado na forma individual.

O relatório está organizado segundo especificado na Deliberação Normativa nº 119 e estruturado em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. O Desenvolvimento foi elaborado de acordo com os conteúdos discriminados nos itens da Parte A, anexo II, da Portaria do TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, que se aplicam à FHE.

Não se aplicam à realidade da FHE, conforme Portaria do TCU nº 150, os itens elencados e justificados a seguir:

Parte A, Item 4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: não se aplica, tendo em vista o que prevê o Art. 3º, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: “Art. 3º. À *Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União.*”. Assim, a FHE não tem objetivos, iniciativas, nem ações relacionadas ao Plano Plurianual, nem à Lei Orçamentária Anual (LOA) e nem registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN). No entanto, o desempenho Institucional de 2012 está discriminado no item 2 deste Relatório de Gestão.

Parte B – Conteúdo específico por UJ: não se aplica, em razão das especificidades da FHE.

Ao analisarmos os resultados alcançados, podemos destacar que em um ano com mudanças significativas na economia brasileira, a Fundação Habitacional do Exército manteve seu compromisso de proporcionar qualidade de vida aos clientes.

As decisões tomadas pela Diretoria Colegiada e a atuação da instituição foram fundamentais para a obtenção desses resultados. As ações implementadas em 2012 para viabilizar a conquista de um imóvel aos militares e aos demais associados permitiram que milhares de famílias realizassem esse sonho por intermédio de nossas várias linhas de crédito.

Com a preocupação constante de atender às reais necessidades dos clientes, estendemos o Programa Casa Própria (PROCAP) aos militares da Marinha e da Aeronáutica, que poderão aproveitar as excelentes condições e fazer um ótimo negócio. Tendo em vista os resultados da Pesquisa de Demanda por Moradia realizada com 19 mil militares, a FHE adquiriu terrenos na Parafba, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, onde serão construídos empreendimentos nos próximos anos.

Nossos clientes foram beneficiados ainda pela redução dos juros no empréstimo pessoal. Dessa forma, os interessados puderam resolver, com mais economia, suas necessidades emergenciais na busca da estabilidade para as finanças.

O Fundo de Apoio à Moradia (FAM) mereceu atenção especial da Diretoria Colegiada. Consultorias especializadas em métodos atuariais constataram a necessidade de atualização dos prêmios cobrados no seguro de vida para assegurar o equilíbrio financeiro do

produto. Considerando a manutenção das coberturas securitárias e a ótima relação entre o que se paga e os benefícios oferecidos, a adesão foi excelente.

A FHE continuou a investir recursos em patrocínios e apoios, priorizando as Organizações Militares e as iniciativas voltadas para a educação e o esporte. Nesse sentido, ampliaram o montante destinado às creches para filhos de militares e para instituições filantrópicas.

Ajustes e adequação, segundo analistas econômicos, marcaram as atividades de diversos setores no decorrer de 2012, quando o Produto Interno Bruto – PIB - tinha projeção inicial de crescimento entre 3,5% e 4,0%, mas encerrou o período com índice de 1%.

Incertezas mundiais caracterizaram, também, o ano de 2012 e contribuíram para deter a expansão da economia nacional.

DESENVOLVIMENTO

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A FHE produz empreendimentos voltados para o cumprimento de sua finalidade institucional de facilitar o acesso à casa própria aos militares e na busca constante por promover qualidade de vida desses clientes.

Para garantir a tranquilidade e a saúde do seu público-alvo e familiares, a instituição disponibiliza diversos ramos de seguro, em condições específicas - moldadas com exclusividade - e especiais, para beneficiar a família militar, em todo o território nacional.

Além da oferta de produtos e serviços, a FHE colabora com incentivos a atividades educacionais, esportivas, assistenciais e culturais desenvolvidas em Organizações Militares e com outros parceiros institucionais. Os patrocínios e apoios sociais atendem a projetos de excelência condizentes com as necessidades dos públicos aos quais se destinam.

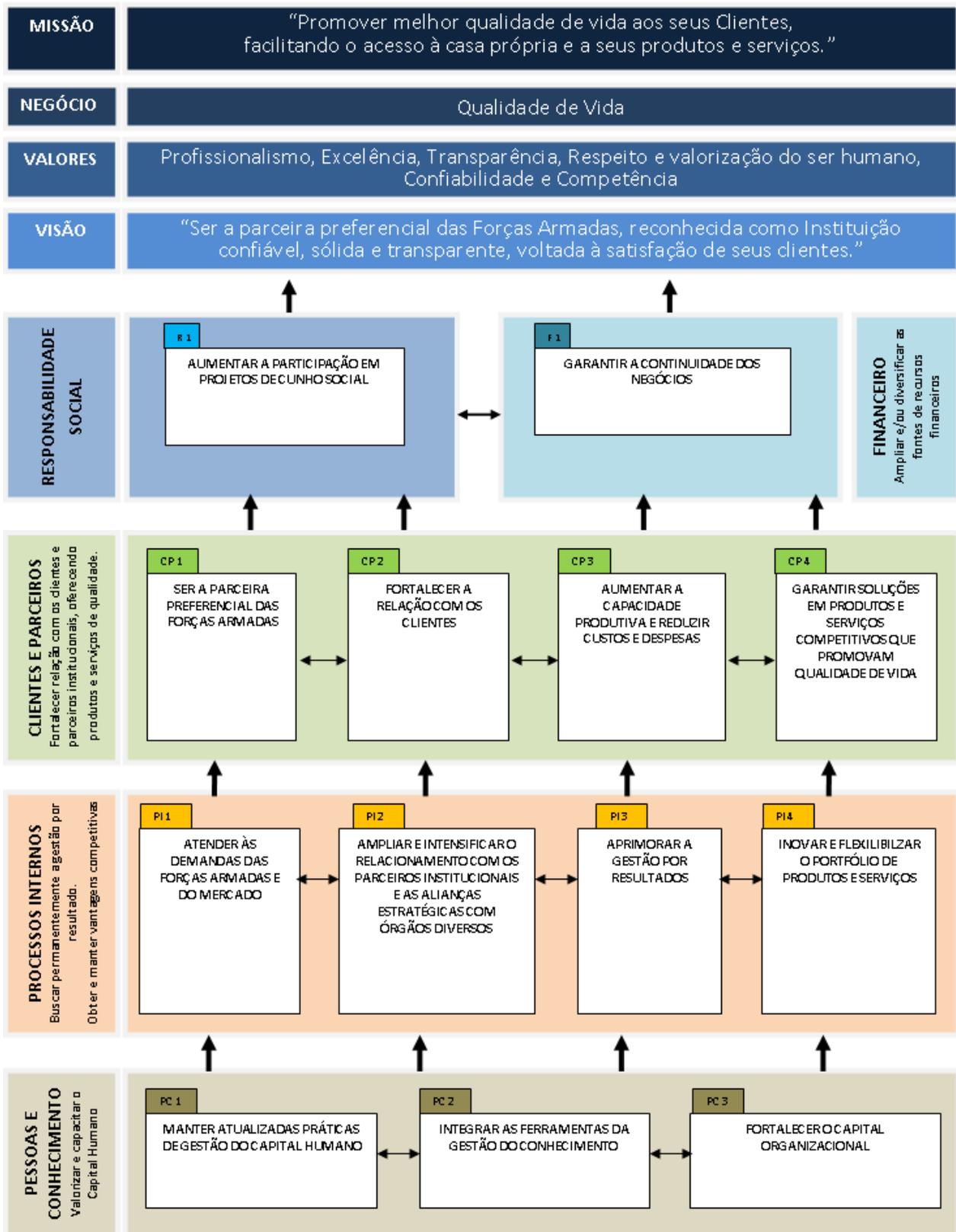
Para alinhar a organização ao cumprimento de sua finalidade, a FHE possui um processo de planejamento estratégico dinâmico e participativo, que abrange um conjunto de fases onde são identificadas as vantagens competitivas e que se consolidam na definição do Referencial Estratégico. O Referencial Estratégico também se fundamenta na Legislação Básica, Estatuto e demais normativos complementares, buscando estabelecer as linhas gerais de atuação a serem seguidas pela alta administração e por seus empregados.

Em 2012, iniciou-se a execução do novo ciclo do planejamento estratégico, que contempla o quinquênio 2012-2016. Para este período, juntamente com a revisão dos direcionadores estratégicos, traduzidos na missão, na visão e nos valores, foi inserido o negócio da Instituição e, a partir de 2012, eles são os seguintes:

- **MISSÃO:** “Promover melhor qualidade de vida aos seus clientes, facilitando o acesso à casa própria e a seus produtos e serviços.”
- **VISÃO:** “Ser a parceira preferencial das Forças Armadas, reconhecida como Instituição confiável, sólida e transparente, voltada à satisfação de seus clientes.”
- **VALORES:** Profissionalismo, Excelência, Transparência, Respeito e Valorização do ser humano, Confiabilidade, Competência.
- **NEGÓCIO:** Qualidade de vida.

Foi implantado um novo Mapa Estratégico, cuja representação gráfica permite a visualização e o entendimento dos objetivos estratégicos, balanceados em perspectivas, interligados em relações de causa e efeito. A expectativa do planejamento para esse quinquênio é atender às necessidades dos clientes, fechar novos negócios, expandir a carteira dos produtos e serviços e aperfeiçoar os instrumentos para implantação da Gestão por Resultados.

Mapa Estratégico da FHE – 2012 a 2016



Foram estabelecidas as seguintes Diretrizes Estratégicas:

- Ampliar e/ou diversificar as fontes de recursos financeiros
- Ampliar a base de clientes
- Fortalecer a relação com os clientes e os parceiros institucionais
- Buscar permanentemente a gestão por resultados
- Obter e manter vantagens competitivas
- Valorizar e capacitar o capital humano

No aspecto da gestão integrada, em janeiro de 2012, a FHE finalizou o Projeto de Inovação e Melhoria de Processos e realizou, durante o ano, a gestão do dia a dia junto às Unidades Técnico-Administrativas, com a finalidade de coordenar a implementação das melhorias e aprimorar continuamente os processos. Quanto à Inteligência Competitiva, podemos destacar para o ano, a produção de estudos técnicos, relacionados à obtenção de vantagens competitivas para os produtos e serviços da FHE, a fim de assessorar a Diretoria e Comitês.

2.2 Estratégias de atuação frente aos Objetivos Estratégicos

2.2.1 Aumentar a participação em projetos de cunho social.

Estratégias:

- Atender às demandas sociais, esportivas, culturais e de publicidade e propaganda das Organizações Militares do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da comunidade em geral.
- Monitorar o ambiente externo.

2.2.2 Garantir a continuidade dos negócios.

Estratégias:

- Incrementar a captação de recursos e a rentabilidade da Instituição.
- Realizar a análise de macro e microambientes.

2.2.3 Ser a parceira preferencial das Forças Armadas e dos segmentos onde atua.

Estratégias:

- Ampliar o público-alvo atendido.
- Atender às demandas do Comando do Exército relativas às operações de remanejamentos patrimoniais.
- Oferecer seguros de vida e/ou acidentes pessoais, gratuitamente, aos assistidos por programas sociais das Forças Armadas.

2.2.4 Fortalecer a relação com os clientes.

Estratégias:

- Divulgar os produtos e serviços.

- Estudar a implementação de programa de fidelização de clientes.
- Proporcionar canais de relacionamento que garantam maior satisfação e proximidade com o cliente.
- Realizar a análise de macro e microambientes.

2.2.5 Aumentar a capacidade produtiva e reduzir custos e despesas.

Estratégias:

- Aumentar a competitividade dos produtos e serviços.
- Buscar mecanismos que permitam redução de despesas.

2.2.6 Garantir soluções em produtos e serviços competitivos que promovam qualidade de vida.

Estratégias:

- Conceder crédito pessoal ao público-alvo em condições diferenciadas.
- Oferecer modalidades diversas de financiamento aos participantes do FAM.
- Oferecer modalidades diversas de consórcios.
- Oferecer opções de seguros diversos buscando propiciar condições diferenciadas ao público preferencial.
- Realizar a análise de macro e microambientes.

2.2.7 Atender às demandas das Forças Armadas e do mercado.

Estratégias:

- Prospectar oportunidades de produtos e serviços.
- Viabilizar a produção de empreendimentos habitacionais.

2.2.8 Ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros institucionais e as alianças estratégicas com órgãos diversos.

Estratégias:

- Promover e ampliar ações para geração de negócios estratégicos junto aos parceiros institucionais.
- Realizar a análise de mercado.

2.2.9 Aprimorar a gestão por resultados.

Estratégias:

- Administrar o retorno dos créditos.
- Contribuir para o desenvolvimento da POUPEX.
- Utilizar meios que propiciem, de forma continuada, a gestão integrada dos procedimentos organizacionais e a otimização de recursos.

2.2.10 Inovar e flexibilizar o portfólio de produtos e serviços.

Estratégias:

- Monitorar clientes e concorrentes em busca de melhores práticas de produtos e serviços.
- Realizar estudos para inovação de produtos e serviços.

2.2.11 Manter atualizadas práticas de gestão do Capital Humano.

Estratégias:

- Implementar práticas de gestão de pessoas que assegurem qualidade de vida no trabalho, satisfação dos empregados e desenvolvimento profissional.

2.2.11.1 Integrar as ferramentas da Gestão do Conhecimento.

Estratégias:

- Gerenciar Sistemas de Apoio à Decisão.
- Promover Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação que viabilize a realização dos negócios.

2.2.12 Fortalecer o Capital Organizacional.

Estratégias:

- Aprimorar o clima organizacional para a execução da estratégia.
- Utilizar efetivamente os sistemas de informação existentes.

2.3 Execução do Plano de Ações

De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à FHE recursos orçamentários da União.

Assim, a Fundação desenvolve planos de ação, definidos de acordo com os Objetivos Estratégicos e dentro de sua competência, voltados para o atendimento do seu público-alvo (militares das Forças Armadas), utilizando de recursos próprios. Neste relatório, são apresentados os objetivos estratégicos e planos de ação que tiveram prioridade para a Instituição, no exercício de 2012.

Objetivo: Aumentar a participação em projetos de cunho social.

Planos de Ação:

- Conceder patrocínios/apoios sociais, esportivos, culturais e de publicidade e propaganda e promover projetos institucionais de cunho social.

Resultados alcançados:

Em 2012, a FHE apoiou/patrocinou 1.610 atividades/projetos, concedendo recursos a Organizações Militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, a Entidades Cíveis Filantrópicas e Culturais e a atletas cíveis e militares, alcançando o montante de R\$ 11.183 mil.

Objetivo: Garantir a continuidade dos negócios.

Planos de Ação:

- Administrar a carteira de aplicações financeiras.
- Levantar ameaças, oportunidades e referenciais competitivos.

Resultados alcançados:

Considerando as fontes de recursos da FHE, a Fundação monitora seu fluxo de caixa, identificando as necessidades e buscando alternativas de fontes de recursos para suprir as demandas da Instituição e a continuidade do negócio.

Além disso, foi apresentada mensalmente para a Alta Administração a análise do desempenho institucional, em que são demonstrados os principais fatores que influenciaram o resultado de seus produtos e serviços.

Objetivo: Ser a parceira preferencial das Forças Armadas e dos segmentos onde atua.

Planos de Ação:

- Contratar e entregar as obras e serviços de engenharia de contrapartida de remanejamentos patrimoniais.
- Custear os seguros para os beneficiados com o programa, nas respectivas modalidades.
- Identificar segmentos de clientes que possam ser ampliados.

Resultados alcançados:

A previsão orçamentária de 2012 para obras, em contrapartida ao remanejamento patrimonial, previa recursos no valor de R\$ 4.330 mil a serem empregados nas obras de engenharia para construção de edifício residencial em Porto Alegre/RS. Do total, foram realizados R\$ 1.804 mil em razão do atraso na obra de construção.

Os jovens em prestação de Serviço Militar obrigatório e os alunos de Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR e NPOR), contam com um seguro de vida em grupo, oferecido gratuitamente pela FHE; já os Alunos de Colégios Militares e menores assistidos por programas sociais das Forças Armadas contam com seguros de acidentes pessoais, também custeados pela FHE. Em junho de 2012, a FHE firmou parceria com o Ministério da Defesa e o Ministério dos Esportes e passou a oferecer seguro de acidentes pessoais às crianças e jovens assistidos pelo Programa Forças no Esporte. Para essas modalidades de seguros estavam previstos R\$ 552 mil e foram realizados R\$ 554 mil, representando aumento de 0,36% do valor orçado. Em relação ao realizado em 2011, o aumento foi de 0,18%.

Foram firmados 9 (nove) convênios com diversas instituições proporcionando um incremento de cerca de 17.000 beneficiários na base de clientes da FHE.

Objetivo: Fortalecer a relação com os clientes.**Planos de Ação:**

- Construir/Reformar os Pontos de Atendimento.
- Continuar investindo na estruturação dos Pontos de Atendimento.
- Intensificar os esforços de comunicação para o público em geral.
- Investir em instrumentos que promovam maior satisfação e proximidade com o cliente final.
- Conhecer as expectativas e o perfil dos clientes finais e institucionais.

Resultados alcançados:

Para as contratações dos produtos e serviços, os clientes contam com a rede de atendimento da FHE: Escritórios Regionais; Postos de Atendimento; Central de Teleatendimento da FHE e PROSEG Corretora de Seguros. Em dezembro de 2012, a FHE contava com 89 Pontos de Atendimento em todo o território nacional. No presente exercício, a FHE deu continuidade à benfeitorias em alguns desses pontos.

No decorrer do ano de 2012, a FHE deu ênfase às palestras para os militares, realizando-as nas Organizações Militares e na Sede da FHE, em Brasília-DF, com o objetivo de divulgar seus produtos e serviços, comunicar as suas realizações e intensificar a proximidade com seu público-alvo. As palestras foram conduzidas pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelos Diretores. A FHE deu continuidade ao envio mensal do informativo Conquista que divulga produtos e serviços e registra as principais realizações da instituição.

No primeiro semestre de 2012, a FHE colaborou com a Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) na realização de uma pesquisa com 47.446 militares e servidores civis de carreira da ativa do Exército Brasileiro. A FHE teve, ainda, acesso aos resultados após tabulados, que estão sendo utilizados para conhecer melhor o perfil do público-alvo preferencial e de suas expectativas visando a futuras ações estratégicas.

Em maio de 2012, a Ouvidoria da FHE lançou cartilha com material informativo para esclarecer os clientes sobre o seu funcionamento e no qual são apresentados o âmbito de atuação da área, as atividades desenvolvidas e o prazo de resposta às demandas.

Objetivo: Aumentar a capacidade produtiva e reduzir custos e despesas.**Planos de Ação:**

- Definir metas de redução de despesas com custos fixos da Sede.
- Otimizar o processo de compras e contratações.

Resultados alcançados:

Quanto à redução de despesas com os custos fixos da Sede destacam-se:

CONTRATO	REDUÇÃO (%)	ACUMULO ANUAL (R\$)	AÇÕES	IMPACTO
Telefonia Fixa	57	957.600,00	Substituição da concessionária (OI para GVT)	Economia de quase 1 milhão. Melhor qualidade de serviço prestado.
Manutenção Ar Condicionado	30	15.700,00	Redução no quadro de pessoal	Economia. Continuidade da prestação do serviço.
Manutenção Predial	14	114.100,00	Redução no quadro de pessoal	Economia. Continuidade da prestação do serviço.
Limpeza e Conservação	2	38.800,00	Redução no quadro de pessoal	Economia. Continuidade da prestação do serviço.
Limpeza piscina e espelhos d'água	14	14.700,00	Redução no quadro de pessoal	Economia. Continuidade da prestação do serviço.

Fonte: Gerência de Administração da Sede da FHE.

Em 2012, foi implementado o sistema de pregão eletrônico para a aquisição de materiais e contratação de serviços gerais, dando agilidade e economicidade nesses processos.

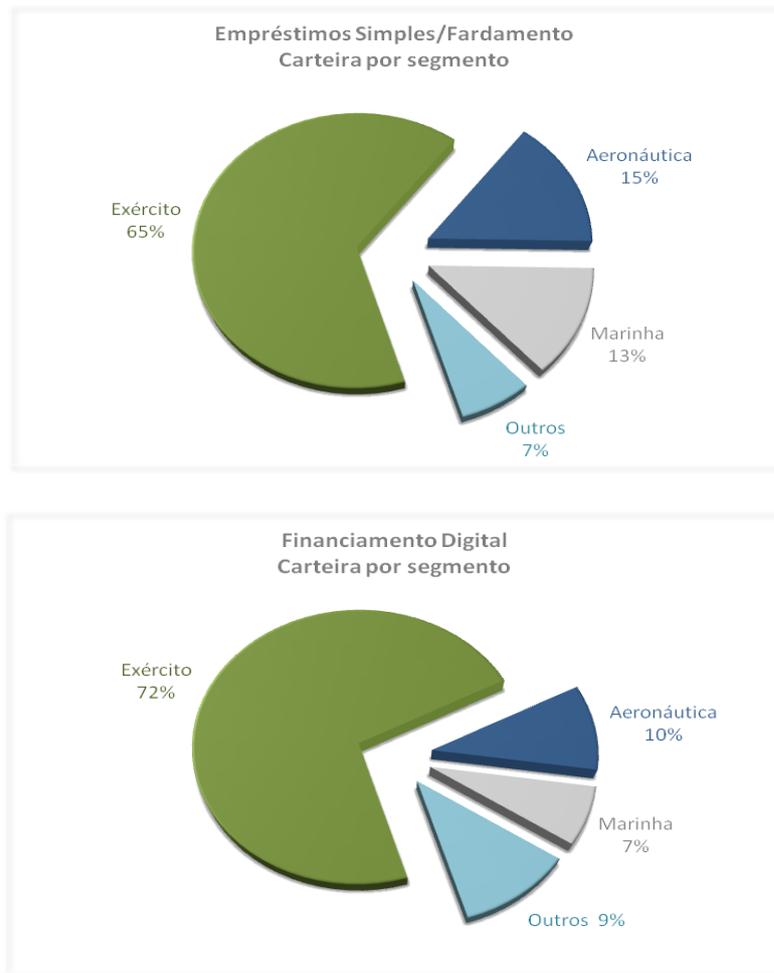
Objetivo: Garantir soluções em produtos e serviços competitivos que promovam qualidade de vida.

Planos de Ação:

- Incrementar o saldo da Carteira de Empréstimo Simples e Fardamento.
- Incrementar o saldo da Carteira de Financiamento Digital FHE.
- Comercializar as unidades relativas aos Empreendimentos Habitacionais.
- Conceder financiamentos imobiliários em programas específicos.
- Conceder financiamentos para Aquisição de Material de Construção.
- Conceder Financiamento Imobiliário para linha Plano Condomínio.
- Ampliar a base de consorciados.
- Incrementar as vendas do produto FAM.
- Incrementar as vendas do produto DECESSOS.
- Incrementar as vendas do Seguro Auto.
- Incrementar as vendas de seguro residência e condomínio.
- Levantar ameaças, oportunidades e referenciais competitivos.

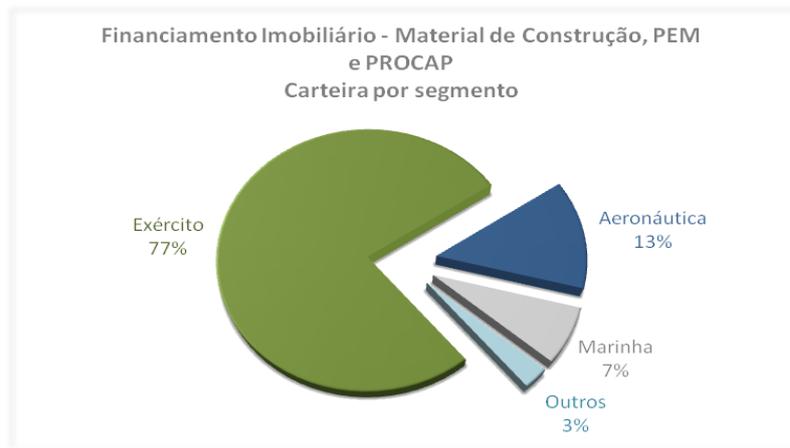
Resultados alcançados:

Com relação ao crédito pessoal, continuou com sua política de oferecer empréstimos com as melhores condições de taxas de juros e prazo, priorizando o atendimento aos integrantes das Forças Armadas. As carteiras de Empréstimo Simples, Empréstimo Fardamento e Financiamento Digital FHE encerraram o ano com 122.382 empréstimos vigentes, apresentando saldo de R\$ 1.696.000 mil, com decréscimo de 6,74% no volume de recursos em relação a 2011 (R\$ 1.819.000 mil). Apesar de o produto Empréstimo Fardamento ter apresentado um aumento no número de contratos vigentes (103,72%), o volume de recursos foi menor que 2011. O produto Financiamento Digital FHE concedeu, em 2012, 70,08% do total do realizado em 2011.

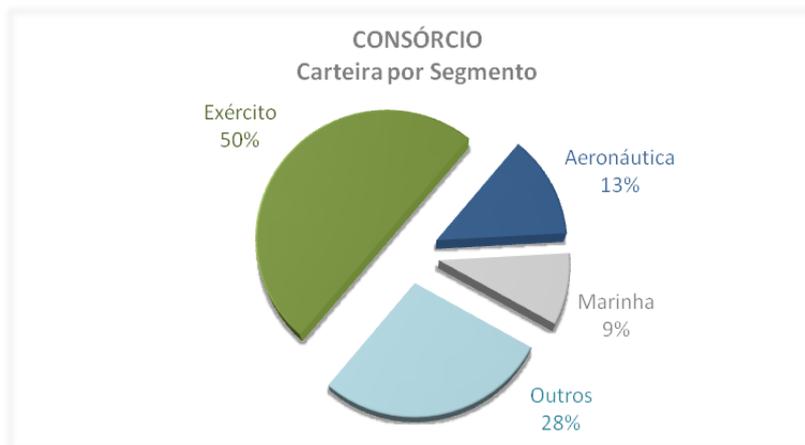


Quanto à comercialização de empreendimentos habitacionais em 2012, nos meses de fevereiro e março foi promovida a ação Verão Península para incrementar as vendas das unidades residenciais e comerciais da 1ª etapa e das unidades residenciais da 2ª etapa do empreendimento Península, Lazer & Urbanismo, em Águas Claras/DF. Em julho, foi iniciada a entrega das unidades residenciais do Residencial Portal das Américas, no Rio de Janeiro/RJ, cuja totalidade já estava comercializada no exercício. Em julho, a FHE lançou condições especiais de venda do Residencial Via Azaleas, em Águas Claras/DF, aos militares das Forças Armadas interessados em adquirir unidade residencial.

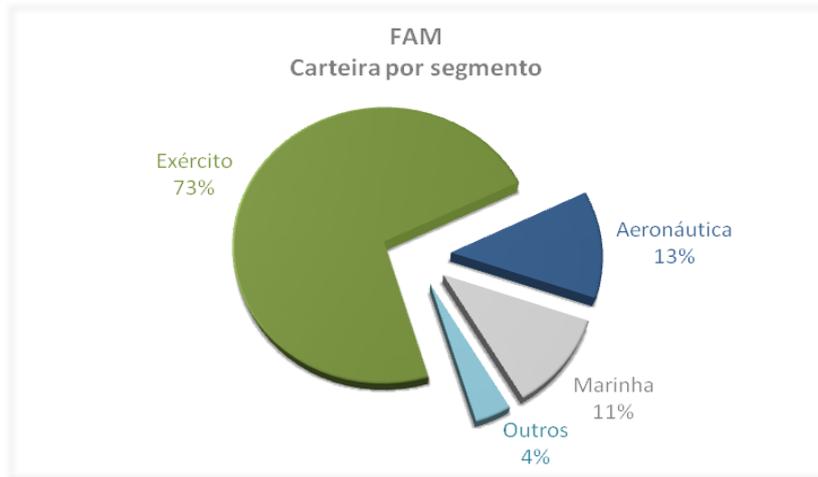
Em 2012, apesar do desaquecimento do mercado imobiliário, na comparação com os anos anteriores, a FHE se destacou novamente na concessão de Financiamento Imobiliário. Em janeiro, reduziu as taxas de juros do Programa Especial de Moradia (PEM) para 7,00% ao ano para os detentores de Poupança POUPEX SALÁRIO e 7,23% ao ano para os demais. Criado em abril de 2011, o Programa Meu 1º Imóvel já beneficiou 714 militares. Em 2012, na linha de financiamento para aquisição de material de construção, destinada às praças das Forças Armadas, o limite de financiamento foi estendido para R\$ 40 mil e o prazo máximo ampliado de 60 para 72 meses. A FHE concedeu 3,77% em financiamentos a mais que em 2011, atingindo um montante de R\$ 203.527 mil de recursos contratados, dos quais R\$ 85.177 mil na linha de financiamento para aquisição de material de construção e R\$ 118.350 mil nas linhas de aquisição e construção de imóveis residenciais nos Programas PROCAP, PEM e Meu 1º Imóvel.



Nas modalidades de consórcio, continuou empregando ações para melhorar o desempenho do produto, com algumas automações de processos, implementação de outros canais de apoio aos pontos de vendas e uma maior divulgação da modalidade consórcio Serviços de Qualquer Natureza. Tal modalidade permite o acesso, em melhores condições, a projetos arquitetônicos, pacotes turísticos, cirurgias, festas, atividades educacionais, entre outros. A partir de maio de 2012, os consorciados também tiveram a possibilidade de checar as informações de suas cotas por meio de *tablet* ou *smartphone* – o acesso já era disponível via *desktops*, *notebooks* e *netbooks*. O acesso à página permite consultar os dados e estatísticas dos grupos, extrato financeiro da cota, informe para fim de Imposto de Renda, além da possibilidade de ofertar lances, solicitar alteração de dados cadastrais, consultar o calendário de assembleias e seus resultados, entre outros serviços. Em 2012, foram negociadas 2.113 novas cotas, entre as modalidades de bens imóveis, bens móveis e serviços, com crescimento de 12,75% na carteira. A modalidade Imóvel foi responsável por 58,78% dessas negociações.



No ano, o Fundo de Apoio à Moradia (FAM), seguro coletivo de pessoas, composto por mais de uma apólice de seguro de vida, com vasto leque de coberturas, completou 25 anos. Em 2012, também houve a revitalização do FAM, a fim de manter, não só as coberturas do produto oferecidas em condições especiais, como também o equilíbrio financeiro da apólice. O número de participantes do produto FAM, em dezembro 2012, foi 231.230, representando redução de 0,24% na quantidade em relação a 2011 (231.794).



Por meio do Seguro Decessos, a FHE oferece à família militar a realização do funeral do segurado, de seu cônjuge e de filhos dependentes menores de 21 anos. Em dezembro de 2012, este seguro contava com 215.543 segurados, representando aumento de 0,5% em relação ao ano de 2011 (214.479).



O seguro de automóvel fechou o ano de 2012 com 14.049 apólices, contra as 13.540 em 2011, resultando no aumento de 4%. A fim de proporcionar garantias para bens imóveis e tranquilidade aos proprietários, a FHE oferece o Seguro Residência e Condomínio. Apartamentos, casas e imóveis comerciais podem ser contemplados pelo produto. Além da cobertura básica de seguro residencial – que inclui incêndio, explosão e queda de raios –, o produto tem proteção extra, se contratada a cobertura contra dano elétrico, roubo ou furto de bens, quebra de vidros, desmoração, e perda ou pagamento de aluguel, que garante o custeio dessa despesa em caso de necessidade de desocupação imediata do imóvel por motivo de sinistro coberto pela apólice.

Em 2012, foi realizado um estudo com objetivo de subsidiar a Gerência de Produtos na análise do Financiamento Digital FHE, de forma a incrementar essa linha de crédito, mencionando oportunidades com algumas modificações no produto e novas formas de divulgação junto ao público alvo.

Durante o ano foram elaborados cerca de 250 (duzentos e cinquenta) documentos voltados para o levantamento de possíveis ameaças e oportunidades contendo análises do mercado e do ambiente interno.

Objetivo: Atender às demandas das Forças Armadas e do mercado.**Planos de Ação:**

- Adquirir terrenos para a construção de empreendimentos.
- Ampliar a produção de empreendimentos habitacionais.
- Efetivar a venda de terrenos adquiridos pela FHE e/ou obtidos por remanejamentos patrimoniais.
- Produzir conhecimentos sobre segmentos de clientes das Forças Armadas.

Resultados alcançados:

Para 2012, foi prevista a saída de recursos de R\$ 35.700 mil, para aquisição de terrenos em Brasília-DF, Rio de Janeiro-RJ, Juiz de Fora-MG e João Pessoa-PB. Foram adquiridos oito terrenos em Brasília, um no Rio de Janeiro e um em João Pessoa, pelo valor total de R\$ 20.500 mil. No entanto, Juiz de Fora ainda não foi contemplada com a aquisição de terrenos para desenvolvimento de empreendimentos, apesar de alguns terem sido apreciados para esse fim, mas considerados inviáveis sob o aspecto técnico.

Para 2012, foi prevista a concessão de R\$ 27.904 mil para a produção de empreendimentos habitacionais em Brasília/DF, Porto Alegre/RS e Amambai/MS. Este montante contemplava a continuidade das obras de construção do Bloco D da SQNW 111 e o início das obras do Bloco H da SQNW 310, em Brasília/DF. O alvará de construção do Bloco D da SQNW 111 foi anulado pelo GDF, que está providenciando novo licenciamento para a obra; para a segunda obra está sendo obtido o contrato de concessão de uso de área pública pelo GDF, pré-requisito para a concessão do alvará de construção. As obras de Porto Alegre não foram iniciadas, em razão de o projeto de arquitetura ainda estar tramitando na Prefeitura. Em Amambai/MS não se conseguiu reunir um número suficiente de interessados.

Neste exercício, foram recebidos R\$ 5.000 mil referentes à venda do terreno denominado Morro do Farol. Foi prevista, mas não concretizada, a entrada de recursos na ordem de R\$ 277 mil, referente à venda de terrenos localizados em Cachoeira do Sul/RS.

Neste ano, foi realizado um estudo que demonstra todo o efetivo das três Forças Armadas, distribuídos nas regiões geográficas brasileiras, evidenciando o efetivo associado e o efetivo a conquistar. Este estudo demonstra também o desempenho regional dos Pontos de Atendimento, considerando a respectiva geração de receita e despesa, cuja atualização mensal permitirá conhecimento tempestivo a diversas áreas da FHE, como forma de aperfeiçoar a ferramenta de suporte de gestão para se alcançar a melhor forma de atuação desses pontos de atendimento.

Objetivo: Ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros institucionais e as alianças estratégicas com órgãos diversos.**Planos de Ação:**

- Incrementar convênios.
- Produzir edificação comercial em Brasília/DF.
- Prover os pontos de atendimento de informações relativas ao mercado concorrente.

- Identificar ameaças e oportunidades ao estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas.

Resultados alcançados:

Atendendo à determinação da Alta Administração da FHE, a Diretoria de Produtos deixou de prospectar novas parcerias durante o ano de 2012. Entretanto, manteve o atendimento aos convênios vigentes e às demandas recebidas e às oportunidades que se apresentaram.

Neste período, por meio da formalização de novos convênios, tornaram-se beneficiários da FHE os servidores: das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, do Ministério Público do Estado do Amapá – MPAP, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul – TJMS, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas – TRE – AL, da Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Amapá – TRF 1 – AP, da Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Estado do Tocantins – TRF 1 – TO, do Tribunal Regional do Trabalho dos Estados do Amazonas e Roraima – TRT 11ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia – TRT – BA, além dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Com vistas a atingir a totalidade deste público de novos beneficiários, ações de divulgação foram desenvolvidas no segundo semestre do ano, em todos os órgãos conveniados, reforçando as excelentes condições dos produtos disponibilizados pela FHE, que podem ser: Empréstimo Simples, Seguros de automóvel e residencial, além das cotas do Consórcio Nacional POUPEX, para aquisição de imóvel, automóvel, motocicleta e serviços.

A FHE encerrou o exercício com 42 convênios do gênero vigentes, perfazendo uma base de mais de 80.000 clientes.

Apesar de ter sido orçado, para 2012, o montante de R\$ 2.050 mil destinado à construção de edificação comercial no Setor Bancário Norte/Brasília-DF, algumas exigências da Administração de Brasília impediram que as obras tivessem início.

Não foram identificadas ameaças que comprometessem o estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas.

Objetivo: Aprimorar a gestão por resultados.

Planos de Ação:

- Administrar o retorno dos créditos concedidos.
- Monitorar os percentuais de ressarcimento das despesas com pessoal.
- Monitorar e apurar os percentuais de ressarcimentos relativos às despesas com informática.
- Acompanhar e adequar a metodologia de Classificação dos Pontos de Venda e bonificação.

Resultados alcançados:

Para o acompanhamento do retorno dos créditos de financiamentos imobiliários, foi utilizado o critério de estatística comparativa, utilizando como parâmetros a posição em DEZ/2011 e DEZ/2012. Dessa forma, os atrasos superiores a três prestações representavam em DEZ/2011 o percentual de 12,19% e 7,39% em DEZ/2012, evidenciando redução de 4,8 pontos percentuais. Ressalta-se que na modalidade de Material para Construção houve decréscimo da ordem de 15,55 pontos percentuais, bem como na modalidade de Financiamento Imobiliário, cuja inadimplência variou de 4,23% em 2011 para 3,27% em 2012.

Para consecução de suas atividades, a FHE utiliza parte do quadro de pessoal da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX – com suporte no § 2º, do Art. 1º, da Lei Nº 6.855/1980 e o Art. 2º de seu Estatuto, considerando ser a FHE gestora da POUPEX. Em contrapartida, a FHE ressarcir a APE/POUPEX, na proporção de 64,59% da folha de pagamento da Associação, pela execução de trabalhos relacionados, exclusivamente, aos seus produtos e serviços. Para 2012, estavam orçados R\$ 108.400 mil a título de ressarcimento de despesas com pessoal e tendo sido realizados R\$ 105.527 mil, respeitando os limites estatutários.

A FHE realiza, também, outro repasse mensal à POUPEX, referente ao rateio de despesas com tecnologia da informação (TI), cujo percentual correspondente recebeu ajustes no decorrer do exercício, pois até outubro esteve suportado pela Deliberação de Diretoria Nº 014/06, de 17/07/2006 e, a partir de novembro de 2012, pela Deliberação de Diretoria Nº 087/2012, de 13/11/2012, tendo passado a considerar outros custos relacionados à tecnologia da informação. O valor orçado para 2012, relativo a esse rateio, foi de R\$ 5.634, apesar de ter sido realizado R\$ 5.731, impactado por essa alteração na metodologia de cálculo.

No final de 2012, foi proposta a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para o Comitê de Vendas (CADEV), a fim de unificar as metodologias de produtividade e de custo benefício; incrementar as informações contidas no sistema de acompanhamento e incluir novos indicadores na referida metodologia; e preparar painéis de avaliação utilizando os novos recursos disponibilizados na nova versão do sistema, objetivando aprimorar a gestão por resultados.

Objetivo: Inovar e flexibilizar o portfólio de produtos e serviços.**Planos de Ação:**

- Realizar análises de ambientes (interno e externo).

Resultados alcançados:

Foram realizados estudos com vistas a ampliar as vantagens competitivas dos produtos da FHE, por intermédio da introdução de inovações e alterações pontuais nos procedimentos vigentes.

Objetivo: Manter atualizadas práticas de gestão do Capital Humano.**Planos de Ação:**

- Direcionar os treinamentos especialmente para os temas em que a Instituição deve buscar especialização.

Resultados alcançados:

Os treinamentos na FHE são orçados para cursos, palestras, workshops ou congressos, destinados aos seus Diretores. Foi orçado para 2012 o valor de R\$ 5 mil, porém não foram realizados no exercício.

Objetivo: Integrar as ferramentas da Gestão do Conhecimento.

Planos de Ação:

- Administrar o Cognos - *Business Intelligence*.
- Gerir o Sistema de Gestão de Documentos - DocNix.

Resultados alcançados:

Business Intelligence- BI, ou Inteligência de Negócios, é um conjunto de técnicas utilizadas para extrair inteligência a partir de dados sobre determinado negócio. Como ferramenta tecnológica é uma forma de visualizar as informações de maneira inteligente, com maior capacidade de customização, montagem de relatórios e gráficos; e no suporte de todo o ciclo das informações. Em 2012, iniciou-se a atualização dessa ferramenta de forma a padronizar o acesso aos dados, às regras de negócio e agilizar a elaboração de relatórios e geração de informações.

A Gestão de Documentos, apoiada pelo sistema DocNix, implementa processo de criação, revisão, aprovação e publicação de documentos, proporcionando maior produtividade, redução de custos operacionais, padronização dos documentos e facilidade de acesso às informações. A ferramenta é responsável por acondicionar os volumes destinados a comportar os instrumentos normativos da Instituição, garantindo a segurança das informações, a redução de despesas com cópias impressas, a dinâmica na distribuição eletrônica e na pesquisa de informações, o controle de documentos obsoletos, a defesa do *know-how* e maior difusão do conhecimento em nível nacional. Neste ano, como um dos resultados do Projeto de Inovação e Melhoria de Processos, novas iniciativas estão sendo implementadas com a finalidade de proporcionar melhor compreensão e facilidade de acesso aos documentos vigentes, quando de sua disponibilização aos usuários por meio da Intranet.

Objetivo: Fortalecer o Capital Organizacional.

Planos de Ação:

- Disseminar a cultura de controles internos e risco operacional.
- Implementar o Plano de Acompanhamento de Ambiente.

Resultados alcançados:

Ao longo de 2012, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI) utilizou procedimentos e metodologia que aproximou e trouxe os gestores para a discussão salutar de eventos relacionados com suas operações. Realizou reuniões bimestrais, quase todas com a participação de gerências, quando se puderam debater situações que se apresentaram importantes para o melhoramento das formas de se conduzir os trabalhos. Ao final do ano, elaborou relatório de atuação do Sistema de Controles Internos contendo os assuntos discutidos e as soluções alcançadas.

A COTEP prosseguiu com o acompanhamento sistemático dos ambientes, interno e externo, atualizando o Plano de Acompanhamento de Ambiente existente e intensificando o relacionamento com as gerências da Instituição.

2.4 Indicadores

A Fundação Habitacional do Exército apresenta neste item alguns indicadores de desempenho, relacionados aos objetivos estratégicos e que medem os principais produtos e serviços a eles vinculados.

Objetivo Estratégico: Garantir a continuidade dos negócios.

INDICADORES DE RENTABILIDADE

Nome do Indicador: Margem Líquida

Fórmula de cálculo: $(\text{Superávit Líquido}/\text{Receita Operacional}) \times 100\%$

Resultado em 2011: 43,39%

Resultado em 2012: 44,86%

INDICADORES DE ESTRUTURA

Nome do Indicador: Capitalização

Fórmula de cálculo: $(\text{Patrimônio Social}/\text{Ativo Total}) \times 100\%$

Resultado em 2011: 92,19%

Resultado em 2012: 95,45%

INDICADORES DE LIQUIDEZ

Nome do Indicador: Liquidez Geral

Fórmula de cálculo: $(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante} - \text{Imobilizado})/(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

Resultado em 2011: 12,28

Resultado em 2012: 21,17

Objetivo Estratégico: Garantir soluções em produtos e serviços competitivos que promovam qualidade de vida

EMPRÉSTIMO SIMPLES

Nome do Indicador: Retorno do Capital emprestado

Fórmula de cálculo: $\text{Retorno de Capital} = (\text{Amortizações} / \text{Saldo da Carteira}) \times 100\%$

Resultado em 2011: 62,97%

Resultado em 2012: 65,26%

Objetivo: Aumentar a capacidade produtiva e reduzir custos e despesas.

Nome do Indicador: Pregão Eletrônico

Fórmula de cálculo: $(\text{Valor Contratado}/\text{Valor Estimado}) \times 100\%$

Resultado em 2012: 17,43%

Objetivo: Aprimorar a gestão por resultados.

AUDITORIA

Nome do Indicador: Cumprimento do PAINT

Fórmula de cálculo: $(\text{Trabalhos programados realizados}/\text{Total de trabalhos programados}) \times 100\%$

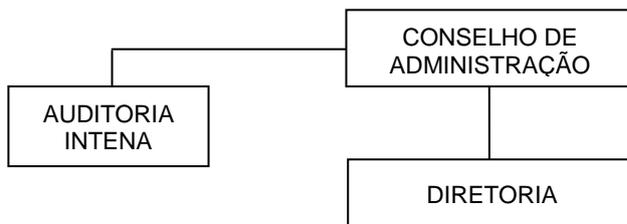
Resultado em 2011: 89,29%

Resultado em 2012: 86,11%

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

3.1 Estrutura de Governança

A Governança da Fundação Habitacional do Exército - FHE está estruturada da seguinte forma:



Conselho de Administração (CA) – O Art. 5º do Estatuto da FHE, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28/11/2011, fixa a seguinte composição:

“Art.5º O CA é um órgão colegiado assim composto:

I - o Secretário de Economia e Finanças do Exército;

II - o Presidente da FHE;

III - o Vice-Presidente da FHE;

VI - um representante do Banco do Brasil S/A; e

V - quatro membros indicados pelo Comandante do Exército, sendo: um oficial-general do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), um oficial-general da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro e dois civis, estes últimos sugeridos, pela Diretoria da FHE, ao Comandante do Exército.”

Auditoria Interna (AUDIT) – Para a consecução de suas atividades, a AUDIT utiliza-se do quadro de pessoal da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, conforme o §2º do Art. 1º da Lei nº 6.855/1980 e o Art. 2º do Estatuto da FHE, que é gestora da POUPEX. A AUDIT está vinculada ao Conselho de Administração.

Diretoria – A composição da Diretoria da FHE é definida pelo Art. 8º de seu Estatuto, integrada pelo Presidente, Vice-Presidente e cinco Diretores, todos nomeados pelo Comandante do Exército.

A Fundação Habitacional do Exército, vinculada ao Comando do Exército, está sujeita à fiscalização do Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx, Órgão de Controle Interno do Exército, e ao Tribunal de Contas da União - TCU, Órgão de Controle Externo.

A AUDIT, unidade integrante do Sistema de Controles Internos da Instituição, tem entre seus objetivos: a) assessoramento operacional tempestivo aos gestores, no sentido de buscar aprimoramento e aperfeiçoamento dos processos de trabalho; b) aferição da qualidade dos controles internos; e c) verificação quanto à aderência aos normativos internos e externos.

A Governança é mantida atualizada em relação aos assuntos tratados e contribuições disponibilizadas pelo Sistema de Controles Internos, uma vez que relatórios são submetidos para apreciação com regularidade satisfatória, no sentido de permitir aos dirigentes a adoção de medidas tempestivas porventura necessárias, com foco no aperfeiçoamento da gestão.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica:</p> <p>1) A Fundação Habitacional do Exército – FHE dispõe de um Sistema de Gestão de Documentos – DocNix, que agrega normativos gerais de funcionamento nos níveis estratégico, tático e operacional, estando disponível para consulta por todos que interagem com as atividades e processos da Instituição.</p> <p>2) A FHE dispõe de um Código de Ética e de um Comitê de Ética para tratar as questões que se apresentem e sejam merecedoras de tratamento sob esse enfoque. O funcionamento e constituição de tal dispositivo encontra-se previsto no Sistema DocNix da Instituição. Em 2012 tanto o Código quanto o Comitê de Ética receberam ajustes, ampliando ainda mais a capacidade de verificação de ocorrências.</p> <p>3) Há estabelecido um Sistema de Controles Internos – SCI, com atuação de um núcleo formado por quatro áreas específicas, que têm como objetivo disponibilizar assessoramento operacional tempestivo aos gestores, no sentido de buscar aprimoramento e aperfeiçoamento dos processos de trabalho.</p> <p>4) Quatro áreas formam o núcleo do SCI, conforme detalhamento a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Auditoria Interna – AUDIT, com a atribuição de revisar os procedimentos adotados pelas áreas operacionais, em obediência ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, como também avaliar a ação do próprio SCI. - Ouvidoria – OUVID, de onde se originam registros diversos do ambiente externo, considerados como oportunidades de se identificar processos e áreas merecedoras de ajustes sob o enfoque de Risco Operacional. - Consultoria Técnica e de Planejamento – COTEP, que contribui com o funcionamento do SCI na medida em que realiza mapeamento de processos, quando são identificadas ocorrências de riscos de cunho operacional, além de ser a responsável pela parametrização do Sistema DocNix. <p>- Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, responsável pela coordenação do SCI e ações de assessoramento no que tange ao gerenciamento de riscos e políticas e diretrizes de controles internos.</p> <p>5) O SCI possui procedimentos específicos, inclusive pela realização de reuniões bimestrais para tratar assuntos diversos, principalmente aqueles identificados a partir da leitura dos relatórios disponibilizados pela AUDIT, OUVID e COTEP, além de verificações próprias realizadas pela CORCI.</p> <p>6) As reuniões abordam também assuntos eventualmente levantados por órgãos de fiscalização e controle, no sentido de dar tratamento e buscar aperfeiçoamento das práticas de trabalho e de gestão.</p> <p>Além disso, tais eventos representam, paralelamente, um Comitê de Risco Operacional, uma vez que são avaliadas eventuais necessidades de adoção de procedimentos de controles internos para fazer frente aos apontamentos.</p> <p>7) Os gestores têm participação ativa nessas ocasiões, no sentido de esclarecer pontos e disponibilizar informações esclarecedoras, além de participar da construção de alternativas para aperfeiçoar os processos operacionais de que são responsáveis.</p>					

- 8) O resultado desse aparato estabelecido é disponibilizado regularmente à Governança da Instituição, que recebe relatórios das áreas que formam o núcleo do SCI, permitindo aos dirigentes a adoção de medidas tempestivas e prudentiais que se façam porventura necessárias para encerrar uma ocorrência e impedir reincidências futuras.
- 9) A dinâmica assumida pela Governança tem permitido à estrutura do SCI conduzir as atividades livre de interferências ou impedimentos, o que representa patrocínio para que se estabeleça o aperfeiçoamento da gestão.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: Coordenadoria de Riscos e Controles Internos.

3.3 Remuneração paga a Administradores

A composição da Diretoria da FHE é definida pelo art. 8º de seu Estatuto, na qual integram: Presidente, Vice-Presidente e cinco Diretores; todos nomeados pelo Comandante do Exército. A FHE possui em seu quadro de pessoal apenas um servidor público federal da ativa cedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Assim, o quadro funcional da Fundação Habitacional do Exército, em 31/12/2012, estava composto por 8 empregados.

3.4 Sistema de Correição

Não se aplica, conforme descrito no item 3.3.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Não se aplica, conforme descrito no item 3.3.

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Não se aplica à FHE tendo em vista o que prevê o Art. 3º, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: “Art. 3º. À *Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União.*”.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Apenas o subitem 5.3 se aplica à FHE tendo em vista o que prevê o Art. 3º, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: “Art. 3º. À *Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União.*”. Assim, a FHE não possui nenhuma atividade que se enquadre nos assuntos abordados nos demais itens.

5.1 Reconhecimento de Passivos

Não se aplica, conforme descrito no item 5.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica, conforme descrito no item 5.

5.3 Transferências de Recursos

Conforme tabelas a seguir, serão demonstradas as transferências recebidas pela FHE a título de remanejamento patrimonial, que são operações decorrentes de permutas de terrenos – de propriedade da União Federal, jurisdictionados ao Exército – por obras e serviços de engenharia contratados pela Fundação e entregues ao Exército, como contrapartida.

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE									
CNPJ: 00.643.742/0001-35					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	0412500	00.394.452/0269-19	14.949.850,35	11.100.000,00	2.500,00	15.060.456,02	01/11/2004	01/11/2009	1
1	0511800	00.394.452/0269-19	5.100.000,00	5.064.656,79	0,00	5.262.934,17	20/12/2005	20/12/2010	2
1	0604600	00.394.452/0269-19	14.300.000,00	10.000.000,00	1.827.037,30	11.253.228,55	06/06/2006	06/06/2016	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Gerência de Patrimônio.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE					
CNPJ:	00.643.742/0001-35					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do Ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio				1.829.537,30	9.203,90	307.059,22
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais				1.829.537,30	9.203,90	307.059,22

Fonte: Gerência de Patrimônio.

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Não se aplica, conforme descrito no item 5.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não se aplica, conforme descrito no item 5.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não se aplica, conforme descrito no item 5.

5.3.6 Análise Crítica

1) Convênio de N° 0412500:

- a) Esse convênio conta com aditivos ao termo de ajuste, que são apresentados por iniciativa do Exército. A totalidade desse convênio não ainda foi cumprida no prazo de vigência, uma vez que depende de necessidades apresentadas por aquela Força para realização de obras e serviços de seu interesse.
- b) A diferença entre o valor do imóvel e o valor das obras de contrapartida, equivalente à R\$ 3.849.850,35, foi constituída em crédito ao EB junto à FHE, ressarcida mediante a execução e/ou a entrega de obras e/ou serviço de engenharia de interesse daquela Força.

2) Convênio de N° 0511800:

- a) A Fundação Habitacional do Exército cumpriu, na íntegra, o cronograma de obrigações ajustado, apesar de não ter ainda recebido o terreno correspondente, objeto do mencionado Convênio, fazendo com que seja considerado inadimplente.
- b) A diferença entre o valor do imóvel e o valor das obras de contrapartida, equivalente à R\$ 35.434,21, foi constituída em crédito ao EB junto à FHE, ressarcida mediante a execução e/ou a entrega de obras e/ou serviço de engenharia de interesse daquela Força.

3) Convênio de N° 0604600:

- a) A diferença entre o valor do imóvel e o valor das obras de contrapartida, equivalente à R\$ 4.300.000,00, foi constituída em crédito ao EB junto à FHE, ressarcida mediante a execução e/ou a entrega de obras e/ou serviço de engenharia de interesse daquela Força.
- b) Em razão de estarem em execução as obras de contrapartida de construção e de infraestrutura de edifício residencial. Entendeu-se necessária a prorrogação desse Convênio por cinco anos.

5.4 Suprimento de Fundos

Não se aplica, conforme descrito no item 5.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplicam, conforme descrito no item 5.

5.6 Gestão de Precatórios

Não se aplica, conforme descrito no item 5.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do quadro de servidores ativos

A composição da Diretoria da FHE é definida pelo Art. 8º de seu Estatuto, composta por: Presidente, Vice-Presidente e cinco Diretores, todos nomeados pelo Comandante do Exército. A FHE possui em seu quadro de pessoal apenas um servidor público federal da ativa cedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Assim, o quadro funcional da Fundação Habitacional do Exército, em 31/12/2012, estava composto por oito empregados.

Para consecução de suas atividades, a FHE utiliza parte do quadro de pessoal da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX – suportada pelo § 2º, do Art. 1º, da Lei Nº 6.855/1980 e Art. 2º de seu Estatuto, além de a FHE ser a gestora da POUPEX. Em contrapartida, a APE/POUEX recebe, a título de ressarcimento, repasse mensal de recursos, correspondente a 64,59% de sua folha de pagamento, já que seus empregados são por ela exclusivamente remunerados, mesmo que no desempenho de suas funções exerçam atividades na FHE, conforme previsto no Art. 45 do Estatuto da Associação.

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Não se aplicam, conforme descrito no item 6.1.

6.1.2 Qualificação da Força do trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-----	-----	-----	-----
1.1. Cargos Natureza Especial	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	07	07	02	02
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.4. Sem Vínculo	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.5. Aposentados	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2. Funções Gratificadas	-----	-----	-----	-----
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	07	07	02	02

Fonte: Gerência de Pessoal

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				01	06
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)				01	06

Fonte: Gerência de Pessoal

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de Cargo Efetivo										
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos										
1.2. Servidores de Carreira										
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
2. Provimento de Cargo em Comissão										
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior							01		06	
2.3. Funções Gratificadas										
3. Totais (1+2)							01		06	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Gerência de Pessoal

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Públicos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	64.908,00	-	6.505,31	2.017,08	9.554,08	-	8.520,45	-	-	91.504,92
	2011	59.820,00	-	-	2.017,08	8.780,00	-	9.020,68	-	-	79.637,76
	2010	55.356,00	-	5.549,38	3.604,91	8.126,88	-	8.031,92	-	-	80.669,09

Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012						-		-	-	-
	2011						-		-	-	-
	2010						-		-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	1.909.845,61	360.708,50	189.515,80	55.596,93	85.490,20	-	159.593,09	-	-	2.760.750,13
	2011	1.690.697,48	316.977,73	182.510,77	42.015,02	84.227,36	-	105.649,82	-	-	2.422.078,18
	2010	1.492.009,11	269.119,10	125.520,40	36.727,65	69.613,23	-	103.850,46	-	-	2.096.839,95
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência de Pessoal

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.2 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não se aplicam, conforme descrito no item 6.1.

6.2.3 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não se aplicam, conforme descrito no item 6.1.

6.2.4 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplicam, conforme descrito no item 6.1.

6.2.5 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Conforme tabela a seguir, serão demonstrados os Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Fundação Habitacional do Exército – FHE														
UG/Gestão:										CNPJ: 00.643.742/001-35				
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	V	O	BRASFORT	03.497.401/0001-97	1º/12/2009	1º/12/2013					1			P
2011	L	O	RDJ	06.350.074/0001-34	1º/7/2011	1º/07/2013	66	66			2			P
2012	L	O	WS SERVIÇOS	10.581.285/0001-55	30/3/2012	12/12/2012		2						E
2012	L	O	AIRONSERV ⁽¹⁾	07.809.721/0001-96	17/9/2012	17/9/2013		1						A
2009	L	O	ALFA & OMEGA ⁽²⁾	04.886.887/0001-18	1/7/2009	29/6/2013		1						P
2010	L	O	ALFA & OMEGA ⁽³⁾	04.886.887/0001-18	24/11/2010	24/11/2013		1						P
2009	L	O	ALFA & OMEGA ⁽⁴⁾	04.886.887/0001-18	16/2/2009	16/2/2013		1						P
2010	L	O	AUXÍLIO ⁽⁵⁾	04.782.407/0001-79	3/3/2010	29/2/2012		1						E
2010	L	O	COLIM ⁽⁶⁾	03.468.016/0001-11	8/1/2010	8/1/2014		1						P
2008	L	O	HIGI SERV ⁽⁷⁾	78.570.397/0001-44	15/9/2008	15/9/2012		1						E
2009	L	O	IBEJA ⁽⁸⁾	08.945.303/0001-99	16/6/2009	11/2/2011		1						E
2009	L	O	JOPLIN ⁽⁹⁾	84.624.329/0001-13	22/4/2009	29/6/2012		1						E
2003	L	O	LIMPBRÁS ⁽¹⁰⁾	00.450.636/0001-35	1º/6/2003	13/4/2012		1						E
2007	L	O	MILCLEAN ⁽¹¹⁾	02.666.114/0001-09	6/7/2007	6/7/2012		1						E
2009	L	O	ORCALI ⁽¹²⁾	83.892.174/0001-33	2/2/2009	30/4/2012		1						E
2007	L	O	ORG. SOARES ⁽¹³⁾	03.249.869/0001-62	13/8/2007	12/8/2012		1						E
2011	L	O	PRONTSERV ⁽¹⁴⁾	10.926.785/0001-81	14/2/2011	14/2/2013		1						P
2009	L	O	SCOVAN ⁽¹⁵⁾	83.353.912/001-74	2/3/2009	2/3/2013		1						P
2009	L	O	SCOVAN ⁽¹⁶⁾	83.353.912/001-74	2/3/2009	2/3/2013		1						P
2011	L	O	SERVI-SAN ⁽¹⁷⁾	06.855.175/0001-67	1/4/2011	30/3/2013		1						P
2008	L	O	SERVI-SAN ⁽¹⁸⁾	06.855.175/0001-67	14/7/2008	13/7/2013		1						P
2008	L	O	SERV. VITÓRIA ⁽¹⁹⁾	02.043.066/0001-94	7/8/2008	7/8/2013		1						P

2008	L	O	SERVLIMP ⁽²⁰⁾	05.795.290/0001-20	2/6/2008	1/6/2013		1					P
2008	L	O	SERVLIMP ⁽²¹⁾	05.795.290/0001-20	1/10/2008	30/12/2012		1					E
2010	L	O	SERVLIMP ⁽²²⁾	05.795.290/0001-20	18/10/2010	2/8/2012		1					E
2010	L	O	SILC ⁽²³⁾	02.360.516/0001-72	5/4/2010	26/8/2012		1					E
2010	L	O	SR SERVIÇOS ⁽²⁴⁾	01.582.046/0001-29	22/3/2010	31/5/2012		1					E

Observações:

I) O contrato firmado com a empresa BRASFORT para prestação de serviços de vigilância contempla 25 trabalhadores, no entanto, apenas 1 deles atua como vigilante ostensivo*.

Fonte: DECRETO Nº 89.056, DE 24 DE NOVEMBRO 1983. Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que "dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências".

Art. 5º Vigilância Ostensiva, para os efeitos deste regulamento, consiste em atividade exercida no interior dos estabelecimentos e em transporte de valores, por pessoas uniformizadas e adequadamente preparadas para impedir ou inibir ação criminosa.

II) Refere-se à prestação de serviço nos Pontos de Atendimento: (1) PSTCV: Posto de Atendimento em Cascavel – PR; (2) PSTFR: Posto de Atendimento na Freguesia – Rio de Janeiro – RJ; (3) PSTNI: Posto de Atendimento em Niterói – RJ; (4) ESCGA: Escritório Regional no Galeão – Rio de Janeiro – RJ; (5) ESCRN: Escritório Regional em Natal – RN; (6) ESCJF: Escritório Regional em Juiz de Fora – MG; (7) PSTCV: Posto de Atendimento em Cascavel – PR; (8) ESCBA: Escritório Regional em Salvador – BA; (9) ESCPH: Escritório Regional em Porto Velho – RO; (10) ESCVM: Escritório Regional na Vila Militar – Rio de Janeiro – RJ; (11) ESCTA: Escritório Regional Taubaté – SP; (12) ESCFL: Escritório Regional em Florianópolis – SC; (13) ESCMT: Escritório Regional em Cuiabá – MT; (14) PSTJP: Posto de Atendimento em João Pessoa – PB; (15) ESCPA: Escritório Regional em Belém – PA; (16) PSTMB: Posto de Atendimento em Marabá – PA; (17) PSTFZ: Posto de Atendimento em Fortaleza – CE; (18) PSTMP: Posto de Atendimento em Macapá – AP; (19) PSTBV: Posto de Atendimento em Boa Vista – RR; (20) ESCBG: Escritório Regional em Bagé – RS; (21) PSTPL: Posto de Atendimento em Pelotas – RS; (22) PTF EASA: Ponto Fixo de Atendimento na EASA – Cruz Alta – RS; (23) ESCMG: Escritório Regional em Belo Horizonte – MG; (24) ESCPR: Escritório Regional em Curitiba – PR.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Gerência de Compras e Contratos

6.2.6 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não se aplicam, conforme descrito no item 6.1.

6.2.7 Composição do Quadro de Estagiários

Não se aplica, conforme descrito no item 6.1.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Não se aplica, em razão da FHE não possuir frota de veículos.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Fundação Habitacional do Exército acha-se sediada em edifício, construído com recursos próprios, em terreno de propriedade da UNIÃO, jurisdicionado ao EB, cedido por Contrato de Cessão de Uso Resolúvel, Gratuita, celebrado entre a UNIÃO (Outorgante Cedente) e a FHE (Outorgada Cessionária) com interveniência do Comando do Exército/11ª Região Militar, conforme o processo nº 04991.001.980/2007-88.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	

<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta Instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					

<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	<table border="1"> <tr> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>	X				
X						
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	<table border="1"> <tr> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>		X			
	X					
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Item 1: Sistema de medição individualizado de consumo de água e de energia e comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.</p> <p>Item 4: Na aquisição de parte dos impressos gráficos tem sido exigida das gráficas a certificação Forest Stewardship Council que garante a origem das matérias-primas de florestas manejadas de forma ecologicamente correta.</p> <p>Item 5: Não é possível mensurar, visto que o edifício sede foi planejado com esta finalidade. Logo, não é possível estabelecer comparação com outros períodos.</p>						
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>						

Fonte: Gerência de Compras e Contratos (itens 1 ao 9); Gerência de Engenharia (item 10), Gerência de Administração da Sede (itens 11 ao 13).

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

As informações e os quadros deste item não se aplicam à Fundação, tendo em vista o que prevê o Art. 3º, da Lei Nº 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: “Art. 3º. À *Fundação Habitacional do Exército – FHE* não serão destinados recursos orçamentários da União.”. Deste modo, a FHE não aderiu a nenhum programa de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) ou Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP). No entanto, o quadro a seguir apresenta informações quanto ao consumo de energia elétrica e água, que são acompanhados e controlados por esta Instituição.

Consumo de Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010*	2012	2011	2010*
Água	12.420 M³	13.409 M³	7.986 M³	195.752,33	194.913,09	105.582,48
Energia Elétrica	2059299 KWH	2193449 KWH	1642800 KWH	685.467,61	703.097,12	519.503,67
			Total	R\$ 881.219,94	R\$ 898.010,21	R\$ 625.086,15

Fonte: Gerência de Administração da Sede.

Obs. Em 2010, foi realizada a mudança gradativa das gerências para a nova sede no Setor Militar Urbano.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.2 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Habitacional do Exército - FHE					957
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-014.734/2011-7	1945/2012 - TCU - Plenário, de 25/07/2012	1.6	DE	Ofício 920/2012 - TCU/ SECEX-3, de 30/07/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Habitacional do Exército - FHE					957
Descrição da Deliberação					
1.6 Determinar à Fundação Habitacional do Exército que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apure os fatos, identifique os responsáveis e quantifique o dano decorrente das ocorrências apontadas na Nota de Auditoria nº 002/2009 da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI, relativamente à gestão dos empréstimos concedidos à Associação de Magistrados da 1ª Região - AJUFER no período de 2000 a 2009, e, caso esgotadas as providências administrativas internas para o ressarcimento ao erário, instaure a tomada de contas especial nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 8.443/1992, devendo informar ao TCU, no prazo acima indicado, os resultados das medidas adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Fundação Habitacional do Exército - FHE					957
Síntese da Providência Adotada					
Recurso de Embargos de Declaração opostos pela Fundação Habitacional do Exército, protocolado em 15/08/2012, contra decisão proferida pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo TC-014.734/2011-7 (Acórdão 1945/2012-TCU), que tem por objeto denúncia sobre possíveis irregularidades no âmbito desta Fundação (Ofício 920/2012-TCU/SECEX-3, de 30/07/2012).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nada a considerar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a considerar.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nada a considerar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a considerar.					

Fonte: Auditoria Interna da FHE.

10.1.3 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem pendências de atendimentos.

10.1.4 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

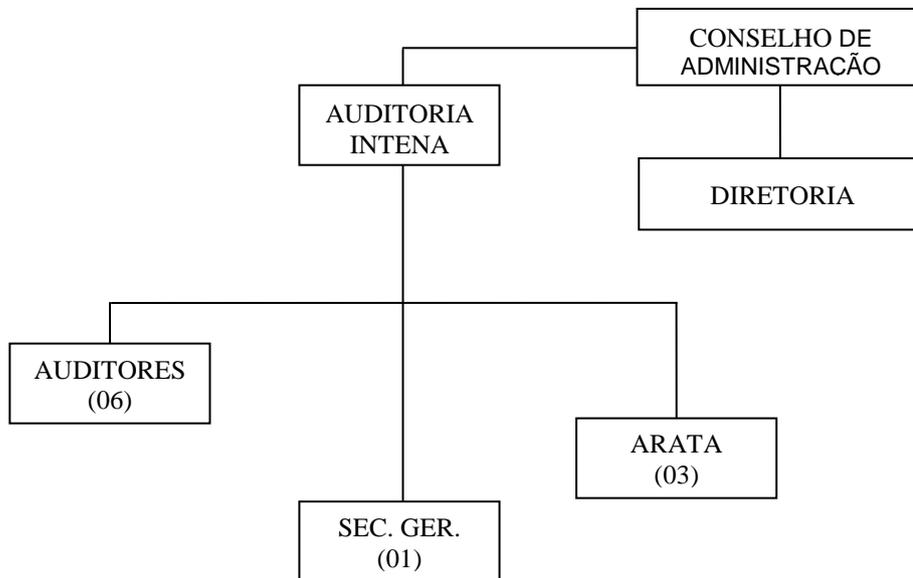
Não foram emitidas recomendações pelo OCI.

10.1.5 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem pendências de atendimentos.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da Auditoria Interna no organograma da FHE.



b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações.

- Relatórios Trimestrais de Auditoria Interna;
- Relatórios de Auditoria Interna sobre os Balancetes Analíticos;
- Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - 2013;
- Consórcio;
- Agência no Setor Bancário Sul - DF;
- Escritório Regional em Cascavel - PR;
- Escritório Regional em Florianópolis - SC;
- Escritório Regional na Esplanada - DF;
- Escritório Regional em Porto Alegre - RS;
- Escritório Regional em Taubaté - SP;
- Escritório Regional na Vila Militar Deodoro - RJ;
- Auditorias Preventivas através do *Business Intelligence (BI)*;
- Auditoria Especial no Empréstimo Simples.

- c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência.

As recomendações e/ou sugestões efetuadas pela Auditoria Interna da FHE foram ou estão sendo implementadas.

- d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna.

Os fatos identificados nas auditorias operacionais e contábeis e respectivas recomendações e/ou sugestões são registrados no Sistema de Controle de Documentos - SICOD, com o objetivo de acompanhar os planos de ação e implementação, sendo classificados nas condições a seguir:

Pendente – quando a AUDIT aguarda a manifestação da UTA ou quando a resposta encaminhada não é suficiente e exige um acompanhamento até que o assunto seja totalmente esgotado;

Concluído no Âmbito da UTA – quando as providências adotadas pela UTA, para a implementação/solução/ajuste do fato, forem consideradas suficientes pela AUDIT;

Encerrado no Âmbito da AUDIT – quando não houver tratamento definitivo pela UTA, esgotados os procedimentos de acompanhamento formal na esfera de atuação da AUDIT. Os fatos catalogados nesta categoria são tratados pela CORCI, que dá sequência ao acompanhamento junto às áreas operacionais correspondentes.

Os referidos registros possibilitaram a emissão dos relatórios trimestrais.

- e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

O monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna é realizado por meio do Sistema de Controle de Documentos - SICOD, conforme já descrito no item “d”.

- f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.

Os relatórios e notas de auditoria são disponibilizados em meio físico aos gerentes das UTA auditadas, e à Diretoria em meio digital via Intranet da Instituição. Na ocasião, são encaminhados e-mails a todos os Diretores informando que os citados documentos estão disponíveis.

Os relatórios trimestrais são os resultados do acompanhamento dos planos de ação e implementação referentes aos fatos identificados nas auditorias, por meio dos quais a Diretoria tem conhecimento das recomendações e/ou sugestões feitas pela Auditoria Interna.

- g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Os relatórios trimestrais são disponibilizados em meio físico ao Presidente do Conselho de Administração.

A sistemática de comunicação à Diretoria das auditorias realizadas já foi informada no item “f”.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

A Fundação solicita aos agentes constantes do Rol de Responsáveis a entrega da cópia da Declaração de Bens e Rendas, as quais são arquivadas na Gerência de Pessoal desta Fundação, ficando à disposição dos controles internos e externos, em conformidade com o prazo fixado pela Secretaria da Receita Federal. As Declarações de 2012 serão entregues até 30/04/2013.

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	2	7
	Entregaram a DBR	2	2	7
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Gerência de Pessoal

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Não se aplica, pois a FHE não possui contratos registrados nos sistemas mencionados.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

DECLARAÇÃO DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS – Lei nº. 4.320/64

Referimo-nos à Decisão Normativa TCU nº. 119, de 18.01.2012, Item 11.2 da parte A do anexo II.

A Lei nº. 7.750, de 13.04.1989, dispõe no art. 3º que: “à *Fundação Habitacional do Exército – FHE* não serão destinados recursos orçamentários da União”.

Além disso, o art. 4º da mesma Lei estabelece:

“Art. 4º. Ressalvadas a supervisão ministerial e as determinações do art. 70 e seu parágrafo único da Constituição Federal, à Fundação Habitacional do Exército não se aplicam outras disposições legais e regulamentares relativas às autarquias, às fundações públicas e aos demais órgãos e entidades da administração indireta.”

Assim, embora a Fundação Habitacional do Exército possua algumas das características de uma fundação pública, por se adequar, em alguns aspectos, à definição do DL 200/67 e alterações, o legislador trouxe disciplina específica (Lei Especial) para regular a FHE, que, em realidade, a transforma num órgão fora dos padrões normais da estrutura administrativa da União.

Há de se ressaltar que é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças do Exército – Diretoria de Contabilidade – integralizar o Balancete Público que contém os dados contábeis da FHE no Sistema de Administração Financeira – SIAFI.

Diante do exposto, a FHE não elabora os demonstrativos contábeis previstos na Lei nº. 4.320/64, porém cumpre o estabelecido no item 11.4 da parte A do anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 119/12. Assim, os demonstrativos ora apresentados na Prestação de Contas de 2012 são elaborados à luz da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 e as alterações advindas da Lei nº 11.638 de 28.12.2007.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2013

Gen Ex Eron Carlos Marques
Presidente da FHE

Maria de Fátima M. Gonçalves
Contadora – CRC DF 008116/0-1

11.1.2 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

- a) A FHE está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.
- b) Item não aplicável, pois a FHE está aplicando as normas acima citadas.
- c) A vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado é estimada baseando-se no tempo que se espera obter fluxos de benefícios futuros.

- d) A depreciação é calculada levando-se em conta o tempo de vida útil dos bens.
- e) As taxas anuais de depreciação utilizadas pela FHE são:
- Imobilizações em curso 0%
 - Imóveis de uso 4%
 - Móveis e equipamento em uso 10%
 - Sistema de comunicação 20%
 - Sistema de processamento de dados 20%
- f) A metodologia adotada para avaliar e mensurar as disponibilidades, os créditos e dívidas, os estoques, os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido é como segue:

Disponibilidades:

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Créditos:

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

Dívidas:

As obrigações estão registradas pelo seu valor contratual, acrescido dos encargos e juros incorridos até a data do balanço. Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Estoques:

Os imóveis disponíveis para comercialização, representados por casa, apartamentos e terrenos adquiridos e/ou recebidos por meio de Remanejamentos Patrimoniais e obras efetuadas pela FHE são avaliados pelo valor de custo. Objetivando adequar o valor contábil dos imóveis a comercializar ao preço de mercado, efetua-se a avaliação anual. Atendendo, ainda, aos requisitos constantes no Pronunciamento CPC 20, os juros pagos por empréstimos atribuídos à produção de ativo qualificável com geração de benefício futuro são capitalizados como custo.

Investimentos:

Não há investimentos no ativo da FHE.

Imobilizado:

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, calculada pelo método linear. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Intangível:

Não há intangível no ativo da FHE.

Diferido:

Não há diferido no ativo da FHE.

- g) Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o superávit apurado pela UJ no exercício de 2012:
- Despesa de depreciação R\$ 6.381 mil.
 - Despesa de provisões operacionais R\$ 34.088 mil.

- Renda de depósitos na APE-POUPEX R\$ 5.922 mil.
- Rendas de operações de crédito R\$ 360.510 mil.
- Despesa de obrigações por Empréstimos e Repasses R\$ 778 mil.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL EXERCÍCIO DE 2012

Declaro que os demonstrativos contábeis, elaborados à luz da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e as alterações advindas da Lei nº 11.638 de 28.12.2007, constantes na Prestação de Contas Anual e no Relatório de Gestão do exercício de 2012, refletem a adequada situação financeira e patrimonial da Fundação Habitacional do Exército.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2013.

MARIA DE FÁTIMA M. GONÇALVES
Contadora - CRC DF 008116/0-1

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.133/2008

A FHE não prepara demonstrações contábeis e notas explicativas nos moldes previstos na Lei Nº 4.320/64, conforme mencionado no item 11.1.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976**11.4.2 Demonstrações Contábeis****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

A T I V O	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ mil	R\$ mil
CIRCULANTE	755.137	604.725
DISPONIBILIDADES	161.364	6.400
Caixa	1	4
Depósitos em Instituições Financeiras	161.363	6.396
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS	492	332
LIVRES	492	332
Cotas de Fundos de Investimentos	492	332
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.468	5.318
SFH - FGTS a ressarcir	0	34
FCVS-Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	5.468	5.284
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	29.222	34.560
Imóveis	29.222	34.560
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	551.121	552.236
Financiamentos Imobiliários	35.388	25.511
Financiamento - Digital	882	1.293
Empréstimos	523.568	528.830
(-) Provisão para Operações de Crédito	(8.717)	(3.398)
OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS	7.470	5.879
Rendas a Receber	2.493	1.147
Adiantamentos	1.552	1.252
Pagamentos a ressarcir	56	65
Devedores Diversos - País	3.317	2.541
Caução	0	842
Material em Estoque	52	32
NÃO CIRCULANTE	1.628.499	1.645.696
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.543.218	1.554.201
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	39.280	35.044
FCVS-Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	18.555	17.972
FCVS-Financiamentos com Recursos Próprios	24.206	21.840
(-) Provisão para Perdas em Créditos Vinculados	(3.481)	(4.768)
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	127.694	127.087
Imóveis	127.781	127.183
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	(87)	(96)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.375.521	1.388.595
Financiamentos Imobiliários	226.161	113.576
Financiamento - Digital	665	874
Empréstimos	1.168.499	1.288.003
(-) Provisão para Operações de Crédito	(19.804)	(13.858)
OUTROS CRÉDITOS	723	3.475
Créditos a Recuperar	334	334
Títulos e Créditos a Receber a Prazo	19.812	17.042
(-) Provisão para Títulos e Créditos a Receber a Prazo	(19.812)	(17.042)
Devedores por depósitos em garantia	389	3.141
IMOBILIZADO	85.281	91.495
Edificações e Terrenos	1.791	1.699
Acessão em imóvel	84.187	84.187

Móveis e Equipamentos de Uso	4.852	4.895
Sistema de Comunicação	1.203	1.157
Sistema de Processamento de Dados	11.409	11.408
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(18.161)	(11.851)
T O T A L	2.383.636	2.250.421
<hr/>		
P A S S I V O	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ mil	R\$ mil
CIRCULANTE	108.565	175.782
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	5.468	77.471
Refinanciamentos (Sistema Financeiro da Habitação)	5.468	5.284
Obrigações por Empréstimos no País (APE-POUPEX)	0	72.187
OUTRAS OBRIGAÇÕES	103.097	98.311
Fiscais e Previdenciárias	609	800
Recursos do PROMORAR - Taxa de Ocupação	3.664	3.652
Adiantamentos Recebidos (Promitentes Compradores de Imóveis)	28.812	42.367
Credores por Recursos a Liberar	9.858	10.160
Provisão para Pagamentos a Efetuar	8.676	8.086
Provisão para Passivos Contingentes	10.915	7.285
Obrigações Junto ao Com. do Exército - Remanejamento de Imóveis	3.296	5.100
Obrigações Junto a PoupeX - Custo com Pessoal	17.740	14.532
Obrigações por Aquisições de Imóveis	15.008	0
Recursos Garantias Realizadas	2.313	3.404
Prêmios de Seguros a Repassar	662	888
Valores Recebidos	547	825
Diversas	997	1.212
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.275.071	2.074.639
SUBVENÇÃO INICIAL	621	621
RESERVAS ESPECIAIS	97.433	97.433
Doações e Subvenções para Investimentos	1.452	1.452
Participações em Resultados da APE-POUPEX	95.981	95.981
RESERVAS DE RESULTADOS PRÓPRIOS	1.976.585	1.770.161
Reserva de Resultados Próprios	1.976.585	1.770.161
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	200.432	206.424
Superávit do Exercício	200.432	206.424
T O T A L	2.383.636	2.250.421

Obs. Neste exercício efetuou-se ajuste de R\$ 6.435 mil provisão para operações de créditos – empréstimo simples em decorrência de mudança na contagem dos dias em atraso.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)

Em 31/12/2012

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano - Brasília - DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil EXERCÍCIO 2012	R\$ Mil EXERCÍCIO 2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT LÍQUIDO	206.867	206.424
AJUSTES PARA RECONCILIAR O RESULTADO AO CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS:	38.941	31.559
Provisão para Operações de Crédito	31.550	27.209
Provisão / Reversão - Outros	792	(2.300)
Provisão - FCVS	182	268
Depreciações/Amortização	6.381	6.382
Baixa Imobilizado por Obsolescência/Inservíveis	36	0
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES:	(90.481)	(230.909)
Baixa de Provisão para Operações de Crédito	(20.694)	(46.473)
Baixa de Provisão para Perdas c/Créditos Renegociados-ES	(10.366)	(4.805)
Baixa de Provisão para Perda c/ FCVS	0	(59)
Baixa de Provisão para Desvalorização de Imóveis	(9)	(1.143)
Redução / Aumento em FGTS a Ressarcir	34	(33)
Aumento em FCVS	(4.419)	(3.429)
Redução em Operações de Crédito	3.151	155.762
Ajustes de Exercícios Anteriores - ES	(5.433)	14.652
Ajustes de Exercícios Anteriores - Digital	(1.002)	18
Redução em Outros Créditos	10.756	1.108
Aumento / Redução em Outros Valores e Bens	(20)	7
Aumento em Outras Obrigações	4.785	30.010
Redução de Aplicações Imobiliárias Transitórias	4.740	2.421
Redução de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(72.004)	(378.945)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	155.327	7.074
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Investimentos	0	34
Alienação de Imobilizado de Uso	0	22
Aquisição de Imobilizado de Uso	(203)	(948)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(203)	(892)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	155.124	6.182
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
DISPONIBILIDADES		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.731	549
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	161.855	6.731
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	155.124	6.182

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
	R\$ mil	R\$ mil
1 - RECEITAS	427.354	444.282
1.1) Intermediação Financeira	434.457	429.806
1.2) Prestação de Serviços	20.775	27.141
1.3) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(31.237)	(20.067)
1.4) Outras	3.359	7.402
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	49.036	20.464
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	157.972	150.741
3.1) Materiais, energia e outros	26.141	29.469
3.2) Serviços de terceiros	4.940	5.486
3.3) Perda/Recuperação de valores ativos	0	0
3.4) Outras	126.891	115.786
3.4.1) Outras Despesas Administrativas - Custo de Pessoal	105.527	96.736
3.4.2) Outras Despesas Administrativas	5.877	4.418
3.4.3) Outras Despesas Operacionais	15.487	14.632
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	220.346	273.077
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	6.381	6.382
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	213.965	266.695
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	45	111
7.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0
7.2) Outras	45	111
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	214.010	266.806
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	214.010	266.806
9.1) Pessoal	3.451	2.884
9.1.1 - Remuneração direta	2.996	2.616
9.1.2 - Benefícios	76	70
9.1.3 - F.G.T.S	379	198
9.2) Impostos, taxas e contribuições	2.715	4.821
9.2.1 - Federais	814	694
9.2.2 - Municipais	1.901	4.127
9.3) Remuneração de capitais de terceiros	977	52.677
9.3.1 - Aluguéis	215	319
9.3.2 - Juros	762	52.358
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	206.867	206.424
9.4.1 - Superávit Líquido	206.867	206.424

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL 2012

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
 Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano - Brasília - DF
 C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

EVENTOS	SUBVENÇÃO INICIAL	RESERVAS ESPECIAIS	RESERVAS DE RESULTADOS PRÓPRIOS	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO SOCIAL
- R\$ mil -					
Saldo em 31.12.2010	621	97.433	1.586.989	197.842	1.882.885
Transferência do Superá	0	0	197.842	(197.842)	0
Ajustes de Períodos Ant	0	0	(14.670)	0	(14.670)
Superávit do Exercício	0	0	0	206.424	206.424
Saldo em 31.12.2011	621	97.433	1.770.161 *	206.424 *	2.074.639
Mutações do Período	0	0	183.172	8.582	191.754
- R\$ mil -					
Saldo em 31.12.2011	621	97.433	1.770.161 *	206.424 *	2.074.639
Transferência do Superá	0	0	206.424	(206.424)	0
Ajustes de Períodos Ant	0	0	0	(6.435)	(6.435)
Superávit do Exercício	0	0	0	206.867	206.867
Saldo em 31.12.2012	621	97.433	1.976.585	200.432	2.275.071
Mutações do Período	0	0	206.424	(5.992)	200.432

*Valores segregados para melhor classificação contábil conforme os padrões de comparabilidade editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DO SUPERÁVIT 2012

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ mil	R\$ mil
RECEITAS OPERACIONAIS	461.117	475.771
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	360.510	394.151
Rendas de Financiamentos Imobiliários/Habitacionais	17.457	27.350
Rendas de Empréstimos Simples	342.763	366.373
Rendas de Financiamentos p/Aquisição de Microcomputadores	290	428
RENDAS DE DISPONIBILIDADES	5.956	3.578
Rendas de Depósitos na APE-POUPEX	5.922	3.533
Rendas de Investimentos	34	45
RECEITA NA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS	55.795	18.773
Receita na Comercialização de Imóveis	55.795	18.773
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20.775	27.141
Rendas de Intermediação de Seguros	10.514	18.064
Rendas de Intermediação de Cartão de Crédito	2	2
Rendas de Taxas de Administração de Consórcio	10.259	9.075
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	18.081	32.128
Recuperação de Créditos Baixados c/Prejuízo	9.799	10.787
Reversão de Provisão p/Créd.Liquidação Duvidosa	1.561	0
Reversão de Provisão p/riscos operacionais	0	11.396
Reversão de Provisão p/operações de crédito	1.287	0
Reversão de Provisão p/Desvalorização de Imóveis	0	1.143
Recuperação de Encargos e Despesas	935	946
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.160	2.444
Rendas de Excedente Técnico	264	241
Outras Rendas Operacionais	873	1.121
Outras Reversões	1.202	4.050
DESPESAS OPERACIONAIS	(254.617)	(269.432)
DESPESAS DE OBRIGAÇÕES P/EMPRÉSTIMOS E REPASSES	(778)	(52.421)
Despesas de Refinanciamentos	(184)	(224)
Despesas de Empréstimos no País - Outras Instituições	(594)	(52.197)
CUSTOS DOS IMÓVEIS COMERCIALIZADOS	(46.840)	(17.949)
Custos dos Imóveis	(46.840)	(17.949)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(148.026)	(142.811)
Despesas de Água, energia e gás	(1.211)	(1.257)
Despesas de Aluguéis	(215)	(319)
Despesas de Comunicações	(3.454)	(2.761)
Despesas de Material	(231)	(173)
Despesas de Diretoria e Conselho de Administração	(2.279)	(2.015)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(8.259)	(9.388)
Despesas de Pessoal	(1.952)	(1.535)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(12.289)	(14.952)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(397)	(656)
Despesas de Serviços de Terceiros	(889)	(1.316)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(2.104)	(1.151)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.947)	(3.020)
Despesas Tributárias	(871)	(2.772)
Despesas com consórcio	(224)	(62)
Despesas com viagens	(26)	(28)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ mil	R\$ mil
Despesas de Remuneração por Custo de Pessoal	(105.527)	(96.736)
Remuneração por Custo de Processamento de Dados	(5.731)	(4.175)
Outras Despesas Administrativas	(420)	(495)
APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	(40.469)	(37.845)
Despesas de Depreciação/Amortização	(6.381)	(6.382)
Despesas de Provisões Operacionais	(34.088)	(31.463)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(18.504)	(18.406)
Despesas de Remuneração de Outras Obrigações	(999)	(1.611)
Variação monetária de tributos	(1.030)	(1.355)
Cobertura de sinistro	(10.950)	(11.794)
Despesas de Contribuições ao SFH	0	(1)
Despesas de Seguros	(554)	(554)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociação	(1.493)	(2.478)
Despesas com Ações Judiciais	(1.092)	(432)
Outras Despesas Operacionais	(2.386)	(181)
SUPERÁVIT OPERACIONAL	206.500	206.339
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	412	110
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	412	110
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(45)	(25)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(45)	(25)
SUPERÁVIT NÃO OPERACIONAL	367	85
SUPERÁVIT LÍQUIDO	206.867	206.424

ERON CARLOS MARQUES
PRESIDENTE
CPF 048.365.107-91

MARIA DE FÁTIMA M. GONÇALVES
CONTADORA
CRC/DF 008116/O-1
CPF 217.147.540-49

11.4.3 Notas Explicativas

NOTA 1 - A INSTITUIÇÃO E SUAS OPERAÇÕES

A Fundação Habitacional do Exército - FHE é uma instituição criada pela Lei n. 6.855/80, supervisionada pelo Comando do Exército e com atuação em todo o território nacional. Possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade social e tempo de duração indeterminado e é integrante do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. De acordo com o Art. 3º da Lei Nº 7.750, de 13.04.89, não são destinados à Fundação recursos orçamentários da União.

A FHE goza de imunidade tributária, de acordo com o Art. 32 da Lei Nº 6.855, de 18.11.1980, e, por esse motivo não está sujeita ao Imposto de Renda. Em relação à Contribuição Social é isenta por se enquadrar como fundação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Base da apresentação

A Fundação Habitacional do Exército possui algumas das características de uma fundação pública, por se adequar, em alguns aspectos, à definição do DL 200/67 e alterações, o legislador trouxe disciplina específica (Lei Especial) para regular a FHE que, em realidade, a transforma num órgão diferente dos padrões usuais da estrutura administrativa da União. Diante do exposto, a FHE não elabora os demonstrativos contábeis previstos na Lei n. 4.320/64.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN). A FHE também está divulgando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), como uma informação suplementar àquelas requeridas pelas normas contábeis referidas anteriormente, em conformidade com a Resolução nº 1.138, de 21.11.2008, do Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 30.01.2013.

b. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. *Uso de estimativas e julgamentos*

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 11), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 13), e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. *Apuração do resultado*

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

b. *Caixa e equivalente de caixa*

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. *Títulos e Valores Mobiliários*

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Entidade em títulos mantidos até o vencimento.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento.

d. *Aplicações Imobiliárias*

Os imóveis disponíveis para comercialização, representados por casas, apartamentos e terrenos adquiridos e/ou recebidos por meio de Remanejamentos Patrimoniais e obras efetuadas por

esta FHE estão demonstrados pelo valor de custo. Objetivando adequar o valor contábil dos imóveis a comercializar ao preço de mercado, efetuou-se a avaliação anual.

Atendendo, ainda, aos requisitos constantes no Pronunciamento CPC 20, os juros pagos por empréstimos atribuídos a produção de ativo qualificável com geração de benefício futuro são capitalizados como custo.

e. *Relações Interfinanceiras*

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 6).

f. *Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa*

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. A classificação das operações com atraso superior a 30 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do art.4º, da norma, que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. *Imobilizado de Uso*

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e a acessão do imóvel.

h. *Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não-financeiros*

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não-financeiros.

i. *Ativos Contingentes e Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis*

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.823/2010. Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de

uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 13).

j. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com liquidez diária e que, portanto, apresentam risco insignificante de mudança de valor.

A composição do caixa e equivalentes de caixa dá-se da seguinte forma:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades	161.364	6.400
Caixa	1	4
Depósitos em Instituições Financeiras	161.363	6.396
Títulos e Valores Mobiliários – Livres	492	332
Cotas de Conta Investimentos – BB	492	332
Total Caixa e Equivalente de Caixa	161.856	6.732

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Refere-se a títulos e valores mobiliários adquiridos pela FHE e mantidos até o vencimento, no total de R\$ 492 mil, em 31.12.2012(R\$ 332 mil, em 31.12.2011).

NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

A carteira está composta dos seguintes valores:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
SFH – FGTS a ressarcir	0	34
SFH – FCVS	44.748	40.328
Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	24.023	23.256
Financiamentos com Recursos Próprios	24.206	21.840
(-) Provisão para Perdas	(3.481)	(4.768)

SFH – FGTS a ressarcir registra o valor a ser recebido da CEF para amortização dos financiamentos concedidos aos mutuários.

SFH – FCVS registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de

contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21.12.2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 3.481 mil, em 31.12.2012 (R\$ 4.768 mil em 31/12/2011) é constituída com a finalidade de estabelecer um valor para fazer frente a eventuais perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. O cálculo, além de levar em consideração o histórico de perdas na habilitação dos créditos para recebimento dos recursos junto ao CCFCVS, agrega também, em face do Fundo ter assumido os direitos e obrigações da extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH – ASH/SFH, parcela destinada à constituição de provisão para eventual perda no recebimento de indenizações do Seguro de Morte e Invalidez Permanente – MIP, também operada pela Administradora do FCVS.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais.

SITUAÇÃO DA CARTEIRA

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Não habilitados (i)	11.657	10.182
Habilitados e não homologados (ii)	352	338
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	1.930	1.850
Habilitados e homologados (iv)	29.812	28.425
Negativa de cobertura (v)	4.477	4.301
Total	48.228	45.096

i) Representa os saldos de contratos não habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS com valores apurados, com base na análise realizada não foram validados pela FHE. Para esses contratos estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da FHE.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela FHE.

(v) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento.

NOTA 7 - APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS

A conta apresenta a seguinte estrutura:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Terrenos, Apartamentos e Casas	138.898	113.530
Obras em andamento	875	30.983
Unidades Habitacionais em Construção	17.230	17.230
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	(87)	(96)

De acordo com a avaliação dos imóveis pela área operacional não houve necessidade de ajustes na Provisão para Desvalorização de Imóveis.

NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a. Composição da carteira por modalidade**

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Operações de Crédito	1.955.163	1.958.087
Empréstimos	1.692.515	1.816.834
Empréstimo c/garantia hipotecária	391	391
Empréstimo c/garantia fiduciária	57	77
Empréstimos	1.692.067	1.816.366
Financiamentos	262.648	141.253
Financiamento – Habitação	261.101	139.087
Financiamento – Digital	1.547	2.166
Total da Carteira de Crédito	1.955.163	1.958.087
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(28.521)	(17.256)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(28.521)	(17.256)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	1.926.642	1.940.831
Total Circulante	551.121	552.236
Total Não-Circulante	1.375.521	1.388.595

b. Receitas de Operações de Crédito:

	R\$ mil	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Receitas de Operações de Crédito	360.510	394.151
Empréstimos	342.763	366.373
Financiamento Imobiliário	17.457	27.350
Financiamento Digital	290	428
Total	360.510	394.151

c. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

		R\$ mil			
Nível de Risco	%	31.12.2012		31.12.2011	
		Valor das Operações	Valor das Provisões	Valor das Operações	Valor das Provisões
AA	0	1.774.530	0	1.848.237	0
A	0,5	129.970	650	65.757	329
B	1	7.239	72	7.073	70
C	3	5.561	167	8.024	241
D	10	4.623	462	6.106	611
E	30	4.009	1.203	5.552	1.665
F	50	4.521	2.260	3.384	1.692
G	70	3.346	2.343	4.354	3.048
H	100	21.364	21.364	9.600	9.600
Total		1.955.163	28.521	1.958.087	17.256

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	R\$ mil	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Saldo no início do exercício	17.256	37.574
Transferências para prejuízo	(26.752)	(48.296)
Reclassificação de prejuízo para nível H	1.035	97
Provisão constituída	31.550	27.881
Ajustes de exercícios anteriores	5.432	0
Saldo Final do exercício	28.521	17.256

e. Outras informações

A FHE durante o exercício de 2012 realizou cessão de operações de crédito no valor de R\$ 53.123 mil, a fim de gerar caixa.

Esses créditos decorrem de contratos para aquisição de material de construção e financiamento para imóveis residenciais foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN n° 2.682/1999.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS**a. Composição do grupamento:**

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas a receber	2.492	1.147
Comissões e Corretagens a receber	2.492	1.147
Diversos	5.649	8.175
Adiantamentos e Antecipações Salariais	65	26
Adiantamentos para Pagamento de nossa conta	1.488	1.226
Devedores por Depósitos em Garantia	389	3.983
Pagamentos a Ressarcir	391	399
Títulos e Créditos a receber	19.812	17.042
Provisões	(19.812)	(17.042)
Devedores Diversos - País	3.316	2.541
Total	8.141	9.322

Classificação do Ativo:

Circulante	7.418	5.847
Não Circulante	723	3.475
Total	8.141	9.322

Comissões e Corretagens a Receber – registra os *pró-labore* a receber provenientes da venda de seguros e a taxa de administração do consórcio.

Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta – registra os adiantamentos concedidos a empregados, Escritórios Regionais e Postos para atender as despesas administrativas.

Adiantamentos e Antecipações Salariais – registra adiantamentos de férias, até que sejam transitados na folha de pagamento.

Devedores por Depósitos em Garantia – registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos fiscais e trabalhistas.

Pagamentos a Ressarcir – registra valor do FCVS, aguardando regularização quando da próxima novação dos créditos a serem homologados pela CEF.

Títulos e Créditos a Receber — registra as operações que foram objeto de renegociação.

Devedores Diversos - País: entre as diversas contas que compõem a rubrica, convém destacar as seguintes:

- Consignações a receber de terceiros (R\$ 3.144 mil) - registra valores a serem processados no mês seguinte, relativos ao Empréstimo Simples e Financiamentos Imobiliários;
- Complementos de prestações a receber (R\$ 144 mil) – registra a diferença no pagamento de prestações imobiliárias a serem analisadas e regularizadas pela área operacional.

b. Composição da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de Risco	%	R\$ mil			
		31.12.2012		31.12.2011	
		Valor das Operações	Valor das Provisões	Valor das Operações	Valor das Provisões
AA	0	0	0	0	0
A	0,5	0	0	0	0
B	1	0	0	0	0
C	3	0	0	0	0
D	10	0	0	0	0
E	30	0	0	0	0
F	50	0	0	0	0
G	70	0	0	0	0
H	100	19.812	19.812	17.042	17.042
Total		19.812	19.812	17.042	17.042

NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS

Outros Valores e Bens — Esta conta registra o valor de Material em Estoque, que totaliza R\$ 52 mil em 31.12.2012.

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO

a. Composição:

	R\$ mil				
				Exercício 2012	Exercício 2011
	Tx de depreciação e amortização	Custo	Depreciação/ Amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado					
Imobilizações em curso	0%	459	0	459	367
Imóveis de Uso	4%	85.519	(8.669)	76.850	80.249
Móveis e Equipamentos em Uso	10%	4.852	(1.780)	3.072	3.518
Sistema de Comunicação	20%	1.203	(592)	611	791
Sistema de Proc. de Dados	20%	11.409	(7.120)	4.289	6.570
Total		103.442	(18.161)	85.281	91.495

b. Movimentação:

	R\$ mil				
	Exercício 2012				
	<i>Saldo inicial 31.12.2011</i>	<i>Aquisições</i>	<i>Baixas</i>	<i>Depreciação / Amortização</i>	<i>Saldo Final 31.12.2012</i>
<i>Terrenos</i>	540	-	-	-	540
<i>Imobilizações em curso</i>	366	92	-	-	459
<i>Edificações</i>	79.709	-	-	(3.399)	76.310
<i>Móveis e utensílios</i>	3.191	54	(25)	(422)	2.798
<i>Máquinas e aparelhos</i>	327	8	(9)	(52)	274
<i>Sistema de comunicação</i>	791	48	-	(228)	611
<i>Sistema de processamento</i>	6.571	-	-	(2.281)	4.289
TOTAL	91.495	202	(34)	(6.382)	85.281

R\$ mil
Exercício 2011

	<i>Saldo inicial 31.12.2010</i>	<i>Aquisições</i>	<i>Baixas</i>	<i>Depreciação / Amortização</i>	<i>Saldo Final 31.12.2011</i>
<i>Terrenos</i>	540	-	-	-	540
<i>Imobilizações em curso</i>	197	169	-	-	366
<i>Edificações</i>	83.108	-	-	(3.399)	79.709
<i>Móveis e utensílios</i>	2.891	733	(11)	(422)	3.191
<i>Máquinas e aparelhos</i>	356	36	(10)	(55)	327
<i>Sistema de comunicação</i>	1.007	10	(1)	(225)	791
<i>Sistema de processamento</i>	8.852	-	-	(2.281)	6.571
TOTAL	96.951	948	(22)	(6.382)	91.495

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Refinanciamentos - conta que se refere a contrato de confissão e novação de dívidas com cessão de direitos creditórios e outras avenças, firmado entre a FHE e a Caixa Econômica Federal - CEF, com prazo de carência de 24 meses (prorrogado até 07.04.2013), juros nominais de 3,08% ao ano e atualização monetária, capitalizados mensalmente e incorporados ao saldo durante o prazo de carência, totalizando R\$ 5.468 mil, em 31.12.2012 (R\$ 5.284 mil, em 31.12.2011).

Empréstimos - conta na qual se registrava o contrato de abertura de crédito realizado entre a FHE e a POUPEX, destinado a suprir necessidades de caixa para a concessão de Empréstimo Simples, com prazo indeterminado, remunerado por juros de 1,2% a.m., calculados “pro rata tempore”, a contar da data do crédito até o último dia do mês e exigíveis nesta mesma data, cujo montante totalizava em 31.12.2011, R\$ 29.000 mil, o qual foi quitado integralmente em fevereiro de 2012. Também registrava a produção de empreendimentos para a demanda do seu público alvo, atualizada, mensalmente, “pro rata tempore” de acordo com a Taxa Referencial, cujo total em 31.12.2011 era de R\$ 43.187 mil.

NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Esta conta engloba as seguintes obrigações:

- Fiscais e Previdenciárias - registram-se os seguintes tributos: PASEP, IRRF, ISS, INSS, FGTS, IOF, CSLL, COFINS e PIS/PASEP- Lei n. 9.430/96, cujo total correspondem a R\$ 609 mil, em 31.12.2012 (R\$ 800 mil, em 31.12.2011).
- Obrigações por recursos consorciados – grupos encerrados - refere-se a sobra de recursos de consorciados a ser devolvida aos mesmos em razão do encerramento dos grupos, totaliza em R\$ 39 mil, em 31.12.2012 (R\$ 1 mil, em 31.12.2011).
- Diversas - registra as seguintes transações:

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Recursos do PROMORAR	3.664	3.652
Adiantamentos Recebidos	28.812	42.367
Credores por Recursos a Liberar	9.858	10.160
Provisões para Pagamentos a Efetuar	8.676	8.086
Provisão para Passivos Contingentes	10.915	7.285
Obrigações por Remanejamentos de Imóveis	3.296	5.100
Obrigações junto à POUPEX	17.740	14.532
Obrigações por aquisição de imóvel	15.008	-
Recursos de Garantias Realizadas	2.313	3.404
Prêmios de Seguros a Repassar	662	888
Demais	1.505	2.036
Valores recebidos	547	825
Encargos e Amortizações recebidas	108	64
Valores a regularizar - ES	416	525
Adiantamento de sinistros	77	106
Outras	357	516
Total	102.449	97.510

Recursos do PROMORAR - registra os valores referentes à taxa de ocupação do Empreendimento PROMORAR, no Rio de Janeiro.

Adiantamentos Recebidos – registra as importâncias recebidas dos mutuários, relativas à parte não financiada dos imóveis a serem comercializados.

Credores por Recursos a Liberar – registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

Provisão para Pagamentos a Efetuar - registra os valores referentes às provisões com pessoal: férias e encargos sociais; ISS - Imposto sobre serviços e pagamentos a fornecedores.

Provisão para Passivos Contingentes está assim representada:

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
TRABALHISTAS	1	1
TRIBUTÁRIAS	108	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - DEMANDAS JUDICIAIS	0	391
FUNDO PARA COBERTURA DE SINISTRO	9.964	5.859
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - AÇÕES	115	116
AÇÕES MOVIDAS POR CONSTRUTORAS	0	336
SEGURO/FAM/EMP.SIMPLES AÇÕES	727	582
Total	10.915	7.285

Obrigações por Remanejamento de Imóveis – corresponde à dívida assumida pela FHE por força de Termos de Ajuste e respectivos Termos Aditivos assinados com o Exército Brasileiro – EB.

Obrigações junto à POUPEX - refere-se a valores a serem repassados à APE-POUPEX a título de ressarcimento pelo custo de pessoal e processamento de dados.

Obrigações por aquisição de imóvel - refere-se a terrenos adquiridos a prazo.

Recursos de Garantias Realizadas - representa valores retidos das Construtoras como garantia, na ocasião do pagamento por execução de obras.

Prêmios de Seguros a Repassar - refere-se a valores de prêmios arrecadados nas operações de crédito a serem repassados a seguradora.

Demais - Valores recebidos – refere-se a valores recebidos para registro dos contratos de financiamento, transferência e taxa de avaliação dos mesmos.

Demais - Encargos e Amortizações Recebidos – Financiamentos – registra recebimento de prestações e amortizações de financiamentos imobiliários, aguardando registro no sistema de cadastro dos mesmos.

Demais - Valores a regularizar – registra basicamente valores transitórios do empréstimo simples.

Adiantamentos de sinistros – registra valores para cobertura de sinistro decesso.

Demais - Outras – registra valores bancários ainda não baixados pelas áreas operacionais.

NOTA 14 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O superávit da FHE, auferido em 31.12.2012, foi de R\$ 206.867 mil.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio da FHE é composto dos seguintes itens:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.275.071</u>	<u>2.074.639</u>
Subvenção Inicial	621	621
Reservas Especiais	97.433	97.433
Reservas de Resultados Próprios	1.976.585	1.770.161
Superávit do Exercício	200.432	206.424

Neste exercício efetuou-se ajuste de R\$ 6.435 mil provisão para operações de créditos – empréstimo simples em decorrência de mudança na contagem dos dias em atraso.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.

A FHE gere a APE-POUPEX, nos termos da Lei nº 6.855/80. Nos termos da referida Lei, os Administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército e pagos por esta com base na sua tabela de remuneração (Lei nº 6.855/80, art. 1º § 2º, e art. 3º). Os

dirigentes da FHE não recebem qualquer tipo de remuneração da POUPEX pelo desempenho das correspondentes funções que acumuladamente nela exercem.

As transações que a FHE efetua com a POUPEX têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.

Não obstante, divulgamos a seguir as transações existentes com a POUPEX:

- a) **Ressarcimento de custos:** a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% (pessoal) e 35,31% (até 31.10.2012) e 91% a partir de novembro de 2012 (processamento). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de ressarcimento foi de R\$ 111.258 mil (R\$ 100.911 mil, em 31 de dezembro de 2011).
- b) **Disponibilidades – Conta remunerada -** O ativo de curto prazo refere-se a depósitos especiais aplicados na POUPEX remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cuja receita totalizou no exercício R\$ 5.922 mil, em 31.12.2012 (R\$ 3.533 mil, no exercício de 2011).
- c) **Obrigações por Empréstimos e Repasse - Empréstimos –** Referem-se ao empréstimo de abertura de crédito cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 29.000 mil e a Produção de Empreendimento para construção era de R\$ 43.187.
- d) **Os encargos apropriados no exercício de 2012 foram de R\$ 594 mil (R\$ 52.197 mil no exercício de 2011).**

As transações efetuadas com a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX estão assim resumidas:

Contas patrimoniais:

	R\$ mil				R\$ mil			
	31.12.2012				31.12.2011			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto Prazo	Longo Prazo						
Custo:	0	0	17.739	0	0	0	14.532	0
Folha de Pessoal	0	0	16.394	0	0	0	13.851	0
Processamento	0	0	1.345	0	0	0	681	0
Obrigações por empréstimos	0	0	0	0	0	0	72.187	0
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	29.000	0
Produção de Empreendimentos	0	0	0	0	0	0	43.187	0
Disponibilidades - Depósito Especial	161.306	0	0	0	6.151	0	0	0
APE - POUPEX	161.306	0	0	0	6.151	0	0	0
Total	161.306	0	17.739	0	6.151	0	86.719	0

Contas de resultado:

	R\$ mil	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Custo com pessoal	(105.527)	(96.736)
Custo com TI	(5.731)	(4.175)
Encargos sobre Empréstimo	(594)	(52.197)
Receitas de Disponibilidades	5.922	3.533

NOTA 17 – COBERTURA DE SEGUROS

A FHE possui cobertura de seguros para os seus bens. Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas da Fundação são assim demonstradas:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura –</u> <u>R\$ mil</u>
Imóvel – Sede	Cobertura básica - Incêndio	84.900
	Danos elétricos	1.600
	Responsabilidade - Civil	500

NOTA 18 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Outras informações extraídas dos controles mantidos pela FHE:

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	225.026	249.625
Contratos de obras por empreitada	29.347	32.215
Hipotecas recebidas pela FHE	320.525	177.528
Contrato de permuta	197.325	197.325
SFH - Parcelas de Financiamentos a liberar	1.918	1.956

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica à FHE, pois ela não tem conta de Capital.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

As demonstrações contábeis da FHE não sofrem auditoria independente. A FHE é auditada pela Auditoria Interna (AUDIT) e pelo CCIEx.

CONCLUSÃO

No exercício de 2012, o bom desempenho do financiamento imobiliário demonstrou que a gestão da FHE vem cumprindo o seu objetivo maior de facilitar o acesso à casa própria aos seus beneficiários, prioritariamente aos militares do Exército, atendendo assim às suas necessidades e acompanhando o crescimento do respectivo segmento de mercado.

Além do principal, a FHE cumpriu seus demais objetivos, como a realização de empreendimentos habitacionais, a concessão de empréstimos e de consórcios e a contribuição para o bem-estar da família militar.

A organização permaneceu aprimorando as práticas de Governança Corporativa, por meio de melhorias implementadas em seus processos, otimizando o desempenho e facilitando o alcance dos objetivos estratégicos. Destaca-se o fortalecimento do Sistema de Controles Internos, o que contribuiu para subsidiar o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada com informações e análises importantes para a tomada de decisões.

Para 2013, fica a certeza de permanecer convergindo todos os esforços no sentido de promover a qualidade de vida dos clientes, de forma a tornar a FHE a parceira ideal para a realização dos projetos de nosso público-alvo.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente da FHE